



CAMINHOS do FUTURO
MINISTÉRIO DO TURISMO - AVT/IAP - NT/USP

ÉTICA, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA PARA O TURISMO

Módulos

Ética e Cidadania
Desenvolvimento e Sustentabilidade
Conservação dos Recursos Naturais
Saúde e Turismo

Autores

Maria Paula Patrone Regules
Paloma Albino Borba Cavalcanti
Wellington Tibério
Vanessa Cerqueira Silva

Coordenação

Regina Araujo de Almeida
Luiz Gonzaga Godoi Trigo
Édson Leite
Maria Ataíde Malcher

Livro do Aluno



CAMINHOS do FUTURO

MINISTÉRIO DO TURISMO - AVT/IAP - NT/USP

ÉTICA, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA PARA O TURISMO

Módulos

Ética e Cidadania
Desenvolvimento e Sustentabilidade
Conservação dos Recursos Naturais
Saúde e Turismo

Autores

Maria Paula Patrone Regules
Paloma Albino Borba Cavalcanti
Wellington Tibério
Vanessa Cerqueira Silva

Coordenação

Regina Araujo de Almeida
Luiz Gonzaga Godoi Trigo
Édson Leite
Maria Ataíde Malcher

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Ética, meio ambiente e cidadania para o turismo / Maria Paula Patrone Regules...[et al.] ; coordenação Regina Araujo de Almeida...[et al.]. -- Ed. rev. e ampl. -- São Paulo : IPSIS, 2007.

Outros autores: Paloma Albino Borba Cavalcanti, Wellington Tibério, Vanessa Cerqueira Silva

Outros coordenadores: Luiz Gonzaga Godoi Trigo, Édson Leite, Maria Ataíde Malcher

Acima do título: Caminhos do Futuro - Ministério do Turismo, AVT/IAP, NT/USP.

Bibliografia.

ISBN 978-85-98741-06-2

1. Cidadania 2. Desenvolvimento sustentável 3. Ética 4. Meio ambiente 5. Recursos naturais - Conservação 6. Turismo - Estudo e ensino I. Regules, Maria Paula Patrone. II. Cavalcanti, Paloma Albino Borba. III. Tibério, Wellington. IV. Silva, Vanessa Cerqueira. V. Almeida, Regina Araujo de. VI. Trigo, Luiz Gonzaga Godoi. VII. Leite, Édson. VIII. Malcher, Maria Ataíde.

07-1925

CDD-338.479107

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo : Estudo e ensino : Textos didáticos 338.479107



APRESENTAÇÃO

O Ministério do Turismo está lançando a coleção de livros de educação para o turismo, um produto do projeto Caminhos do Futuro. Trata-se de mais uma iniciativa para envolver toda a sociedade no esforço de dar qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro, com vistas no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Neste caso, com os olhares voltados para professores e alunos do ensino fundamental e médio da rede pública.

Os livros abordam temas relevantes para o turismo no país. Mostram caminhos e a importância de se desenvolver o turismo de forma sustentável e inclusiva, gerando renda e benefícios para todos os brasileiros. O desafio é capacitar professores em conteúdos de turismo, para que absorvam novos conhecimentos e despertem nas crianças e jovens o interesse pela conservação do patrimônio natural e cultural e também pelas carreiras emergentes no mercado do turismo.

O projeto Caminhos do Futuro se insere nas diretrizes do Plano Nacional de Turismo, que reconhece o turismo como atividade econômica e incentiva parcerias para o desenvolvimento do setor. A coleção de educação para o turismo é um exemplo da união de esforços entre o Ministério do Turismo, o Instituto de Academias Profissionalizantes, a Academia de Viagens e Turismo e a Universidade de São Paulo, com apoio da Fundação Banco do Brasil.

Esse esforço conjunto de agentes públicos e privados vai permitir dotar as escolas brasileiras de material didático-pedagógico de qualidade, democratizando para todo o País o conhecimento sobre as várias faces do turismo e suas potencialidades. As crianças e jovens terão a oportunidade de vislumbrar no turismo um fator de construção da cidadania e de integração social. A possibilidade de um futuro melhor para todos.

Walfrido dos Mares Guia
Ministro do Turismo

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Turismo
Ministro

Walfrido dos Mares Guia

Secretaria Executiva
Secretário

Márcio Favilla Lucca de Paula

Secretaria Nacional de Programas
de Desenvolvimento do Turismo
Secretária

Maria Luisa Campos Machado Leal

Departamento de Qualificação e
Certificação e de Produção
Associada ao Turismo
Diretora

Carla Maria Naves Ferreira

Coordenação-Geral de
Qualificação e Certificação
Coordenadora-Geral

Tânia Mara do Valle Arantes

Consultoria Técnica do Projeto
Consultora da UNESCO

Maria Aparecida Andrés Ribeiro

Revisão Técnica e Adequação
de Textos
Acompanhamento e Avaliação
do Projeto

Consultora do PNUD

Stela Maris Murta

IAP – Instituto de Academias Profissionalizantes

Conselho

Presidente

Tasso Gadzanis

Vice-Presidente

Flávio Mendes Bitelman

Secretário

Nilton Volpi

Tesoureiro

Osmar Malavasi

Diretora Acadêmica

Regina Araujo de Almeida

Conselho Consultivo

Caio Luiz de Carvalho

Luís Francisco de Sales

Manuel Pio Corrêa

Equipe Academia de Viagens e
Turismo - AVT

Coordenação

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Assistente Administrativo

Silvânia Soares

Assistente Financeiro

Carmen Marega

Assistente Técnico

Marcelo Machado Silva

Material Didático do Projeto
Caminhos do Futuro

Equipe de Coordenação

Regina Araujo de Almeida

Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Edson R. Leite

Maria Ataíde Malcher

Revisão de Português

Celina Maria Luvizoto

Laura Cristo da Rocha

Vanda Bartalini Baruffaldi

Revisão Editorial

Débora Menezes

Consolidação Final dos textos

Silvânia Soares

Núcleo de Turismo da Universidade de São Paulo

Coordenação Geral: Profa. Dra. Beatriz H. Gelas Lage

Coordenação de Projetos

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Coordenação Documentação

Profa. Dra. Regina A. de Almeida

Coordenação de Marketing

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo

Coordenação de Eventos

Prof. Dr. Edson R. Leite

Apoio



FBF – Fundação Banco do Brasil



USP – Universidade de São Paulo

FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Gabriel Cohn

Departamento de Geografia - Chefe: Jurandyr Ross

LEMADI - Laboratório de Ensino e Material Didático

Coordenador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

Técnica Responsável: Waldirene Ribeiro do Carmo



GTTP – Global Travel & Tourism Partnership

Diretora: Dra. Nancy Needham



Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH

Curso de Lazer e Turismo

Diretor: Dante De Rose Júnior

Coordenadora: Beatriz H. Gelas Lage

© MTUR/AVT/IAP/USP – 2007

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida para fins educacionais e institucionais, desde que citada a fonte.

Ministério
do Turismo



MÓDULO I - ÉTICA E CIDADANIA

TEMA 1: O QUE É ÉTICA?	8
TEMA 2: CIDADANIA	10
TEMA 3: A CIDADANIA NO TURISMO	12
TEMA 4: O COMPROMISSO ÉTICO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	16
TEMA 5: TURISMO: UM DIREITO SOCIAL?	17
TEMA 6: CÓDIGO DE ÉTICA DO TURISMO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT)	18

MÓDULO II - DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

TEMA 1: O SIGNIFICADO SOCIOECONÔMICO DO TURISMO	24
TEMA 2: O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E SEUS EFEITOS	29
TEMA 3: O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE	36

MÓDULO III - CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

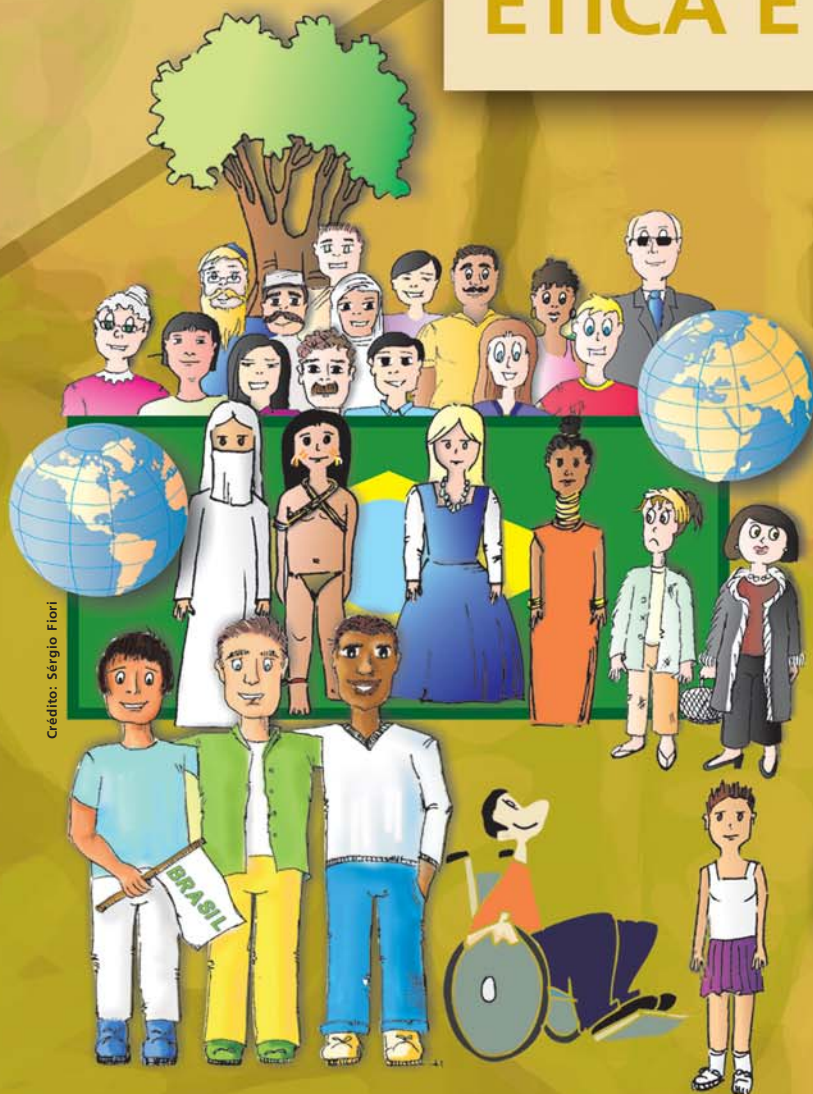
INTRODUÇÃO	
CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E TURISMO	42
TEMA 1: RECURSOS NATURAIS	42
TEMA 2: RECURSOS NATURAIS E TURISMO	51

MÓDULO IV - SAÚDE E TURISMO

INTRODUÇÃO	
SAÚDE E TURISMO	54
TEMA 1: A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE	54
TEMA 2: TURISMO DE SAÚDE	55
BIBLIOGRAFIA	60

Módulo I

ÉTICA E CIDADANIA



Crédito: Sérgio Fiori

Autora: Maria Paula Patrone Regules



O QUE É ÉTICA?

Nos vários lugares por onde circulamos, na família, na escola, no bairro, num grupo de amigos ou nos meios de comunicação como a televisão, o rádio, jornais e revistas, é muito comum ouvirmos frases como estas: “Hoje em dia não se tem mais ética”, “O problema do Brasil é a falta de ética”, “É necessária uma postura ética”. Sabemos que a ética garante princípios com que, de alguma forma, todos nós concordamos e que foram aceitos por aqueles que fazem parte da nossa sociedade. Portanto, a ética é fundamental para regulamentar as relações entre todos nós. Se ela é tão importante, cabe nos uma pergunta: afinal, o que é ética?

Se buscarmos a origem da palavra, sua etimologia, temos que nos aproximar dos gregos: ética vem de *ethos* = costumes, *mores* = moral. Isto significa que a “ética” já era estudada pelos gregos na antiguidade e era considerada uma ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Portanto, *ética é uma ciência do comportamento moral dos homens a ser estudada no campo da filosofia*. Podemos, também, chegar a outra definição que complementa a primeira:

“Ética é um conjunto de regras morais que regulam a conduta e as relações humanas”.

Se a ética é um conjunto de regras morais, vamos entender o que é a moral, já que é comum fazermos confusão entre o uso de ética e moral.

Ética e moral

Usando uma situação do dia-a-dia como exemplo, vamos imaginar uma moça que usa uma saia curta, e uma outra pessoa que diz: “Que imoralidade, o tamanho da saia desta moça!”. Nesse caso, um indivíduo julgou o comportamento do outro e, para os seus costumes, aquele modo de vestir é descabido. É bem possível que, para outra pessoa, essa situação nem chame a atenção. Da mesma forma ocorreram os primeiros contatos entre os grupos indígenas que viviam no Brasil e os europeus colonizadores, que consideravam uma imoralidade as vestimentas dos indígenas, o uso de grafismos, pinturas e adornos. Achavam que estes estavam “nus” pelo fato de não usarem as mesmas roupas e adornos a que eles estavam acostumados e isso, portanto, causava grande espanto. Agora, se virmos do ponto de vista dos grupos indígenas, a forma de vestir é outra, diferente da do europeu e, de forma alguma, o corpo não precisava de toda aquela roupa com o calor tropical do Brasil. Os indígenas também deveriam achar esquisito (não necessariamente imoral) o jeito como os “brancos” estavam vestidos, cobertos de roupa até o pescoço.

Portanto, a moral dependerá muito de alguns referenciais como: quem somos, onde moramos, a qual cultura pertencemos e em que época histórica vivemos. Imaginem se esses mesmos europeus colonizadores nos vissem caminhando pelas ruas com as vestimentas que usamos hoje, ou se as pessoas que viveram no final do século XIX vissem as mulheres usando calças, trabalhando e tendo os mesmos direitos que os homens. Isto, certamente, seria considerado uma imoralidade. No entanto, devido a muitas mudanças na História, a sociedade é outra e a nossa moral também mudou. O que antigamente era considerado imoral, hoje pode não ser mais. Sabemos que essas designações quase sempre espelham valores pessoais, razão pela qual nem sempre há um perfeito acordo no julgamento de atitudes entre as pessoas.

Já com a ética é diferente. A ética seria um conjunto de padrões de condutas compartilhadas por todas as pessoas, e que, desde a filosofia do grego Aristóteles, está relacionada a uma noção de justiça. É lógico que o que é justo ou não muda ao longo da História e depende do ponto de vista de cada cultura. Porém, na ética, buscam-se valores que são universais, baseados na noção de justiça, como, por exemplo, o direito à vida.

Um pensador atual, chamado Oscar Vilhena, nos ajuda a diferenciar a moral da ética:

Assim, a moralidade está relacionada principalmente aos costumes privados, enquanto a eticidade – isto é, a qualidade da conduta ética – designa valores de ordem pública que permitem o convívio.¹

¹ Oscar Vilhena é brasileiro e professor de Direito na USP - Universidade de São Paulo. Atua na formação de professores da rede municipal, na área de direitos humanos e educação. Esta citação está em Vilhena, 2004:107.



A ética na formulação das Constituições, Declarações e Tratados

Uma conduta ética busca a “realização do bem comum” fundado em valores que são públicos, pois procura os princípios fundamentais do comportamento humano. Dessa forma, as Constituições dos países estão baseadas em princípios éticos, pois são depositárias de regras de justiça, resguardando e preservando valores que vão reger a vida social. Trata-se aqui de sobrepor as diferenças e as particularidades de cada um, ou da cultura de cada povo, para estabelecer uma relação de mútua igualdade. Vale destacar que, ao mesmo tempo que as Constituições se baseiam em princípios gerais, também são produtos da especificidade cultural e histórica de cada país. O direito à vida, por exemplo, faz parte das declarações universais dos direitos humanos; no entanto, existem países, como os Estados Unidos e outros, que possuem na sua Constituição a pena de morte.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (de 1948) constitui uma agenda de princípios morais públicos, que orienta todos os povos:

A partir de então, se, por exemplo, considero indispensável que, em minha vida privada, possa desfrutar de liberdade religiosa, deverei estar disposto a aceitar que todos os demais membros da sociedade escolham livremente suas próprias religiões. Se desejo usufruir o direito de votar, tendo em vista escolher um representante legislativo, estarei ao mesmo tempo me dispondo a aceitar que os votos de todos os cidadãos sejam levados em consideração.²

A consolidação da Declaração dos Direitos Humanos surge em reação aos crimes cometidos contra determinados grupos sociais ocorridos na Segunda Guerra Mundial.

Com relação ao meio ambiente, também existem normas fundadas na ética, na Declaração dos Direitos Humanos e em outras legislações mais específicas, nas quais se colocam limites à relação dos povos com os recursos naturais. O nosso agir sobre a natureza deve ser regulado por princípios éticos, já que se trata do patrimônio da humanidade, das gerações presentes e das gerações futuras. A preservação das condições da nossa própria existência é um dever.

O meio ambiente deve ser um bem comum e solidário, concebido como um valor a ser assegurado para o uso de todos. A água, o ar, o solo e outros elementos dos recursos naturais são bens para satisfazer as necessidades e, portanto, devem ser preservados para que possamos realizar as nossas necessidades em relação à sobrevivência e também em relação à diversão, ao lazer e à cultura.

O que significa termos uma conduta ética no turismo? Isso representa uma demanda voltada a todos os agentes envolvidos nas atividades turísticas: o turista, o poder público, as empresas e a comunidade receptora. Coloca-se a necessidade de que esses agentes tenham, como princípios, a valorização da vida, o respeito mútuo, o respeito à diferença, à cultura local e à preservação do meio ambiente. É sabido que as atividades do turismo cresceram de modo significativo no mundo inteiro e não necessariamente de forma organizada e planejada, mas trazendo inúmeros impactos ambientais e sociais que, de alguma forma, também prejudicam a própria continuidade do turismo. O turismo pode, por um lado, dinamizar a economia de uma determinada região, ajudando a desenvolvê-la e, por outro, ser o agente de impactos e danos muitas vezes irreversíveis.

Atualmente, há um avanço na organização mundial em defesa do meio ambiente e do respeito às diferenças culturais, envolvendo governos, sociedade civil, ONG's, imprensa, mídia, universidades (comunidade científica) e os movimentos sociais. Organizados em fóruns, eles vêm elaborando materiais que, muitas vezes, têm servido como base para a elaboração de tratados entre os povos no sentido da não-agressão ao meio ambiente. Em 1999, no Chile, foi criado o Código Mundial de Ética do Turismo.

Atividades

A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece, como princípio das suas relações internacionais, “a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (CF, art. 4, IX).

- a) Por que é importante a cooperação entre os povos?
- b) Como você vê, nos dias de hoje, a cooperação entre as várias nações mundiais? E a participação do Brasil? Procure ilustrar este trabalho com matérias e fotos de jornais e revistas.

² Vilhena, 2004: 113.



CIDADANIA

Origem da cidadania

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade e à capacidade dos homens e mulheres de exercerem direitos e deveres de cidadãos. Esse conceito vem da Antigüidade e foi criado nas cidades gregas, chamadas de "polis". Portanto, nas "polis" gregas, existiam os cidadãos que exerciam uma participação direta e política na vida das cidades. Cada cidadão tinha um papel na vida privada, em assuntos relacionados com a vida particular, e uma atuação na vida pública, que se referia a tudo que era comum a todos os cidadãos. Assim, ser cidadão significava exercer a cidadania na vida pública. A democracia da Grécia era restrita, pois participavam apenas os homens livres, deixando de fora as mulheres, crianças e escravos.

Um pouco de história

Foi somente a partir da Revolução Francesa, em 1789, que se estabeleceu a noção de cidadania tal qual a conhecemos hoje. Contraopondo-se ao regime monárquico e às normas da sociedade feudal, surge o chamado Estado de Direito, em que se estabelecem direitos iguais para todos os homens a partir das chamadas "Cartas Constitucionais". Surgem as noções de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", das quais somos herdeiros. Assim, os homens passam a ter direitos iguais perante a lei, pela primeira vez na História da Humanidade e, ao menos em teoria, acaba a desigualdade que existia até então.

Estes princípios éticos foram consolidados a partir das Constituições francesa e norte-americana. Vejamos trechos de ambas:

Todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes e têm direitos inerentes, dos quais, ao entrar num estado de sociedade, não podem, por nenhum contrato, privar ou despojar sua posteridade; a saber, o gozo da vida e da liberdade, os meios de adquirir e possuir propriedade e a busca da felicidade e segurança.

(Seção 1 da Declaração de Direitos da Virgínia de 12 de junho de 1776, Independência Americana).

Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos (...). Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

(Artigos 1 e 2 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, 1789).

Estes princípios éticos foram reafirmados após a Segunda Guerra Mundial, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos (...). Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e a liberdade estabelecidos nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição (...). Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

(Artigos I, II, III da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada a 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia das Nações Unidas).

Portanto, quando estamos falando de cidadania ou em cidadãos, necessariamente estamos falando de um conjunto de direitos e deveres relacionados a todos os indivíduos que fazem parte da nossa sociedade.

Exercer a cidadania, mais do que realizar uma conduta moral específica, refere-se ao exercício de direitos e deveres e, assim, tanto a idéia de direitos quanto a de cidadania estão sempre em processo de mudança e construção.

Vamos tentar entender as três gerações de direitos que foram se desenvolvendo ao longo de nossa História e que ainda estão em construção:

As gerações de direitos

A primeira geração de direitos

A primeira geração de direitos são as liberdades individuais, chamadas de direitos civis, que foram consagradas no século XVIII, após a Revolução Francesa, constituindo os direitos individuais de ir e vir, da propriedade, segurança, acesso à justiça, associação, liberdade de opinião, de expressão e crença religiosa. Aqui surgem as noções de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” e os homens passam a ter direitos iguais perante a lei, pela primeira vez na História da Humanidade. Foram proclamadas várias declarações e constituições como as que foram citadas anteriormente.

A segunda geração de direitos

A segunda geração de direitos do cidadão é a dos direitos sociais, conquistados no século XIX e XX. São todos os direitos de caráter social mais geral, como o direito à educação, saúde, habitação, lazer e segurança. Também os direitos ligados ao mundo do trabalho, como o direito ao salário, jornada fixa, seguridade social, férias, previdência e outros fazem parte dessa geração de direitos. Esse conjunto de direitos foi fruto das conquistas dos movimentos sociais dos trabalhadores e dos socialistas e social-democratas e desembocou na constituição de um Estado de bem-estar social.

A terceira geração de direitos

A terceira geração são os direitos coletivos da humanidade e se referem à defesa ecológica, à paz, ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, à partilha do patrimônio científico, cultural e tecnológico, ao direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado e ao direito à utilização do patrimônio comum da humanidade. Esses seriam os chamados “direitos sem fronteiras” que requerem uma “solidariedade planetária”.³

Essas novas necessidades surgiram após a Segunda Guerra Mundial (1945), a partir dos grandes conflitos sociais, guerras entre os países e devastação do meio ambiente. Buscou-se uma ampliação dos direitos para representar os anseios de toda a humanidade e, portanto, a viabilização de direitos que são tanto de natureza individual como coletiva. São os direitos coletivos da humanidade, também chamados de “direitos sem fronteiras ou solidários”.

Sites de alguns órgãos públicos, nacionais e internacionais, voltados para a defesa dos “direitos sem fronteiras ou solidários”:

- www.ibama.gov.br
- www.mre.gov.br/cdbrazil/itamaraty/web/port/artecult/patrim/iphan
- www.unesco.org
- www.onu-brasil.org.br

Aprender a ser cidadão

O termo cidadania é muito popular nos dias de hoje, sendo comum ouvir as expressões: “seja cidadão”, “uma empresa cidadã”, etc. As escolas possuem a responsabilidade de formar cidadãos, garantida pelas diretrizes e bases da educação nacional, na lei 9394/96 que, em seu artigo 2º, afirma: “a educação (...) inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”.

Algumas questões interessantes são colocadas para todos os envolvidos nas atividades turísticas (como os agentes de turismo, o turista e a comunidade receptora): Pode a cidadania ser ensinada? Como ensinar a cidadania? O que está em jogo quando formulamos estas questões é: valores como cidadania, ética, solidariedade e respeito podem ser ensinados no campo da educação, seja ela formal ou informal?

Sabemos que, de alguma forma, aprendemos a respeitar e, também, o seu inverso, a desrespeitar; aprendemos a ser solidários e, portanto, vamos incorporando certos valores. O êxito, maior ou menor, nessa tarefa de educar para o respeito dos princípios éticos depende de um esforço conjunto de todas as instituições sociais: da escola, da família, das igrejas, da mídia, dos formadores de valores com os quais todos nós convivemos e que muitas vezes podem ser coincidentes ou conflituosos com os princípios éticos e de cidadania.

Atividades

- 1) Entreviste um advogado, delegado ou juiz em sua cidade e peça informações sobre os direitos do cidadão no Brasil.
- 2) Em seguida, classifique as informações recebidas em direitos civis, sociais e de caráter coletivo da humanidade.

³ Benevides (2004: 61).



A CIDADANIA NO TURISMO

O turismo é caracterizado pelo deslocamento no espaço (próximo ou distante) de grupos de pessoas ou indivíduos que, a partir do tempo livre, irão usufruir momentos de lazer e de divertimento. Na definição da OMT (Organização Mundial do Turismo), o turismo pode ser entendido como um *“deslocamento voluntário e temporário do homem fora de sua residência habitual, por uma razão diferente que a de exercer uma atividade remunerada”*. Nesse deslocamento, alguns sujeitos estão envolvidos: o próprio turista, as empresas turísticas e a comunidade receptora moradora do lugar de destino.

Na maioria das vezes, em maior ou menor grau, a atividade turística estabelece uma ponte entre grupos que até então não haviam entrado em contato e, portanto, não se conheciam. Dessa forma, ocorre um encontro, permeado por trocas, tanto econômicas, quanto socioculturais. É comum a atividade turística ser vista apenas do ponto de vista econômico, ou seja, do que pode gerar de riquezas para a comunidade receptora e para todos aqueles que desenvolvem os serviços do turismo.

No entanto, sabemos que numa viagem – seja um deslocamento para um lugar distante ou próximo – ocorre uma série de mudanças em relação ao turista viajante e à comunidade receptora do lugar de destino.

Podemos nos perguntar: por que todas as pessoas envolvidas nessa relação se transformam e mudam? Porque esta não é apenas uma relação econômica em que uns pagam e outros recebem, prestando serviços turísticos. As relações são permeadas por trocas simbólicas, afetivas, de modos de ver o mundo, jeitos de falar, de se comportar, de preparar um alimento, de brincar. Ou seja, são elementos da cultura de cada região ou grupo que são expostos e trocados. Vamos pensar numa situação: quando vamos a algum lugar diferente e estranharmos o que vemos, ao mesmo tempo, vem à lembrança o que nos é familiar: *“Em casa se cozinha desse jeito”, “Lá na minha terra se ouve forró”, “No meu pedaço tem brincadeira de pipa (quadrado)”, “Na Igreja tem procissão quando é o dia do santo”, “Na minha cidade se fala diferente”, “O pessoal veste bombachas, lenço e toma chimarrão”,* e inúmeros outros exemplos que podemos citar e lembrar. Não precisamos ir para muito longe para estranhar alguns jeitos e percebermos que *“onde moro é diferente”*. Pois bem, é quando estamos em contato com o diferente que nos damos conta de quem somos e como vivemos. Portanto, tanto aprendemos sobre os outros como aprendemos sobre nós mesmos.

O problema que acontece é o que já conhecemos e vivenciamos inúmeras vezes: o estranhamento leva, muitas vezes, as pessoas a realizarem um *“juízo de valor”*, julgando um grupo ou uma determinada cultura como sendo inferior à sua própria e, portanto, surgem preconceitos e estigmas que colocam o *“outro”* num lugar de *“inferioridade”* a partir das brincadeiras, piadas e até mesmo xingamentos. Imaginem como isso é complicado num país como o Brasil, que é enorme em extensão e possui uma grande diversidade étnica. Por mais que sejamos conhecidos como um povo dócil, que mistura todas as raças e que é detentor de um ótimo convívio, nós sabemos o quanto também somos intolerantes e preconceituosos.

Nas atividades de turismo, são colocadas em contato pessoas com visões de mundo muito distintas, seja entre indivíduos do mesmo país ou entre indivíduos que até chegam a se comunicar em línguas diferentes. Portanto, é necessário e primordial o respeito mútuo, do visitante em relação à comunidade receptora e vice-versa. O turista visitante aprende e amplia a sua visão de mundo numa relação solidária e de reciprocidade com o *“outro”*. Além do mais, não é somente o viajante que *“leva”* e transforma a sua visão de mundo, mas também a comunidade receptora troca, aprende e se transforma com aquele que chega. E isto não é necessariamente ruim, já que toda a história da nossa humanidade é feita de mudanças e transformações nas trocas entre as culturas.

O intercâmbio de culturas é fundamental para o progresso dos homens e ele ocorre há séculos na nossa história. Muitos grupos, comunidades que hoje são visitadas e estão nos roteiros turísticos, como por exemplo, os grupos indígenas, são frutos de outras misturas que ocorreram anteriormente e, portanto, também estão diferentes da geração dos seus avós e da de seus pais. A sua história não está parada no tempo. Então, o turismo não é a única via de contato com o mundo exterior nem tampouco o único fator de impacto. Com o avanço dos meios de comunicação e os meios de transporte, dificilmente existe alguma comunidade ou grupo que não tenha tido contato com o resto da humanidade. Em maior ou menor grau, todas as culturas estão em relação, muitas vezes de forma tensa e conflituosa ou de forma solidária e fraterna. Portanto, o problema em questão não é isolar as comunidades, até



Fonte: Microsoft Office Online

porque, como já vimos, isto seria impossível. O importante é que o turista e os profissionais do turismo, de forma ética e cidadã, cuidem e zelem pelo modo como se estabelece a relação com a comunidade receptora.

Somos testemunhas do que vem ocorrendo em grande medida em várias regiões do Brasil e do mundo: um turismo de massa no qual as comunidades receptoras são desrespeitadas no plano cultural e pouco participam dos ganhos econômicos que as atividades turísticas geram. São construídas grandiosas infra-estruturas, com prédios e estradas que modificam a paisagem da cidade, alterando a dinâmica local e as relações sociais, com o único objetivo de atender o turista. Os efeitos da globalização aparecem quando a cultura local é substituída por formas de comportamento padronizadas que podem ser encontradas em qualquer lugar do mundo. Conhecemos muitos lugares que sofreram impactos ambientais e socioculturais e que, hoje em dia, deixaram de ser vistos como lugares bonitos e interessantes para a realização das atividades turísticas. Assim o Estado, na promoção de políticas públicas, as escolas, os demais espaços de convivência devem incentivar a valorização das culturas, ao invés da massificação e padronização carregada de preconceitos e estigmas em relação ao outro. Dessa forma, a atitude ética e cidadã no turismo deve ser praticada por todos os envolvidos na atividade.

O combate à exploração sexual

Um grave problema enfrentado pelo turismo em nosso país envolve a questão da exploração sexual, sobretudo de menores. Essa prática criminosa constitui um dos impactos mais negativos do turismo. É importante ressaltar que a exploração sexual no contexto do turismo existe em algumas das praias e cidades mais visitadas do Brasil e, também, em muitos outros lugares do mundo. De modo geral, esse problema está diretamente ligado à falta de perspectivas para a inclusão social das comunidades carentes.

O problema da exploração sexual da infância e da adolescência ainda não foi suficientemente destacado como um problema real do turismo de massas, sobretudo o de praia e mar. Justamente por ser esta modalidade da atividade turística tão importante num país com o vasto litoral brasileiro é que não devemos medir esforços para inibir prática tão abjecta e criminosa.

No mundo inteiro, várias são as ações oficiais de combate ao chamado turismo sexual. No Brasil, existe o compromisso público de alterar a estratégia de divulgação internacional do país, objetivando erradicar a exploração sexual infanto-juvenil. Não se veiculam mais, como em épocas passadas, campanhas publicitárias que associam a imagem do país à de mulheres usando biquínis sumários, querendo reforçar a idéia da terra exótica em que o sexo é livre e fácil.

O Ministério da Justiça, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), vários estados e prefeituras brasileiras, e ONGs associadas ao Ministério do Turismo têm se empenhado em promover campanhas e folhetos turísticos que prestigiem aspectos ligados à imagem de um país multirracial e multicultural. O Ministério do Turismo, em parceria com a Organização Mundial do Turismo, lançou em 2005 a campanha "Brasil, quem ama protege" e também dedicou o ano ao tema do *Turismo Sustentável e Infância*.

O combate aos atos de abuso e exploração sexual é previsto no Código Penal Brasileiro e, mais enfaticamente, no *Estatuto da Criança e do Adolescente*, que prevê, em seus artigos 1º, 11º, 21º, 32º, 33º, 34º, 35º e 36º, a proteção da criança contra todas as formas de exploração ou abuso sexual. Afirma também o compromisso por parte dos Estados, devendo estes tomar todas as medidas de proteção. O Estatuto, ainda no intuito de reprimir e punir a prática da exploração sexual infanto-juvenil, tipifica-a como crime, em seus artigos 240 e 241, com penas de reclusão de 1 a 4 anos.

Em 25 de maio de 2000, as Nações Unidas adotaram o *Protocolo Facultativo para a convenção sobre os Direitos da Criança*, que trata da venda de crianças, prostituição e pornografia infantil. Segundo a Unicef, até o momento, 108 estados assinaram o protocolo e 71 ratificaram-no, tornando o protocolo válido em 2002. Conheça alguns trechos do protocolo:

Protocolo Facultativo para Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis

Os Estados Partes no presente Protocolo,

(...) *Considerando* também que a Convenção sobre os Direitos da Criança reconhece o direito da criança a ser protegida contra a exploração econômica e contra a sujeição a qualquer trabalho suscetível de ser perigoso ou comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social,

Gravemente inquietos perante o significativo e crescente tráfico internacional de crianças para fins de venda de crianças, prostituição e pornografia infantis,

Profundamente inquietos com a prática generalizada e contínua do turismo sexual, à qual as crianças são especialmente vulneráveis, na medida em que promove diretamente a venda de crianças, prostituição e pornografia infantis,

Reconhecendo que determinados grupos particularmente vulneráveis, especialmente as meninas, encontram-se em maior risco de exploração sexual, e que se regista um número desproporcionadamente elevado de meninas entre as vítimas de exploração sexual,

Inquietos com a crescente disponibilidade de pornografia infantil na Internet e outros novos meios tecnológicos, e recordando a Conferência Internacional sobre o Combate à Pornografia Infantil na Internet (Viena, 1999) e, em particular, as suas conclusões que apelam à criminalização mundial da produção, distribuição, exportação, transmissão, importação, posse intencional e publicidade da pornografia infantil, e sublinhando a importância de uma cooperação e parceria mais estreitas entre os Governos e a indústria da Internet,

Acreditando que a eliminação da venda de crianças, prostituição e pornografia infantis será facilitada pela adoção de uma abordagem global que tenha em conta os fatores que contribuem para a existência de tais fenômenos, particularmente o subdesenvolvimento, a pobreza, as desigualdades econômicas, a iniquidade da estrutura socioeconômica, a disfunção familiar, a falta de educação, o êxodo rural, a discriminação sexual, o comportamento sexual irresponsável dos adultos, as práticas tradicionais nocivas, os conflitos armados e o tráfico de crianças,

Acreditando que são necessárias medidas de sensibilização pública para reduzir a procura que está na origem da venda de crianças, prostituição e pornografia infantis, e acreditando também na importância de reforçar a parceria global entre todos os agentes e de aperfeiçoar a aplicação da lei em nível nacional,

(...) Tendo devidamente em conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso da criança, acordam o seguinte:

Artigo 1º - Os Estados Partes deverão proibir a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil, conforme disposto no presente Protocolo.

Artigo 2º - Para os fins do presente Protocolo:

- a) Venda de crianças significa qualquer ato ou transação pelo qual uma criança seja transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo mediante remuneração ou qualquer outra retribuição;
- b) Prostituição infantil significa a utilização de uma criança em atividades sexuais mediante remuneração ou qualquer outra retribuição;
- c) Pornografia infantil significa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais.

(...)

Artigo 9º

1. Os Estados Partes deverão adotar ou reforçar, aplicar e difundir legislação, medidas administrativas, políticas e programas sociais a fim de prevenir a ocorrência das infrações previstas no presente Protocolo. Deverá ser prestada particular atenção à proteção das crianças especialmente vulneráveis a tais práticas.
2. Os Estados Partes deverão promover a sensibilização do público em geral, especialmente crianças, pela informação por todos os meios apropriados, pela educação e formação, a respeito das medidas preventivas e efeitos nocivos das infrações previstas no presente Protocolo. No cumprimento das obrigações impostas pelo presente artigo, os Estados Partes deverão estimular a participação da comunidade e, em particular, das crianças e crianças vítimas, nesses programas de educação e formação, designadamente em nível internacional.
3. Os Estados Partes deverão adotar todas as medidas que lhes sejam possíveis a fim de assegurar toda a assistência adequada às vítimas de tais infrações, em especial a sua plena reinserção social e completa recuperação física e psicológica.
4. Os Estados Partes deverão garantir que todas as crianças vítimas das infrações enunciadas no presente Protocolo tenham acesso a procedimentos adequados que lhes permitam, sem discriminação, reclamar indenização por danos aos alegados responsáveis.
5. Os Estados Partes deverão adotar todas as medidas adequadas a fim de proibir eficazmente a produção e difusão de material que faça publicidade às infrações previstas no presente Protocolo.

(...)

Veja mais sobre a questão nos sites:

- www.unicef.org/brazil
- www.violenciasexual.org.br
- www.abrapia.org.br

Veja, também, a Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, ainda,

- GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. *Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a administração*. 4ª.ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.
- DO BEM, Arim Soares. *A dialética do turismo sexual*. Campinas: Papirus, 2005.

Na Volta Que o Mundo Dá

Mônica Salmaso⁴
 Composição: Vicente Barreto e Paulo César Pinheiro

Um dia eu senti um desejo profundo
 De me aventurar nesse mundo
 Pra ver onde o mundo vai dar

Saí do meu canto na beira do rio
 E fui prum convés de navio
 Seguindo pros rumos do mar

Pisei muito porto de língua estrangeira
 Amei muita moça solteira
 Fiz muita cantiga por lá

Varei cordilheira, geleira e deserto
 O mundo pra mim ficou perto
 E a terra parou de rodar

Com o tempo
 Foi dando uma coisa em meu peito
 Um aperto difícil da gente explicar

Saudade, não sei bem de quê
 Tristeza, não sei bem por que
 Vontade até sem querer de chorar

Angústia de não se entender
 Um tédio que a gente nem crê
 Anseio de tudo esquecer e voltar

Juntei os meus troços num saco de pano
 Telegrafei pro meu mano
 Dizendo que ia chegar

Agora aprendi por que o mundo dá volta
 Quanto mais a gente se solta
 Mais fica no mesmo lugar.

Atividades

Refleta sobre o texto a seguir e, depois, elabore uma redação associando-o à realidade brasileira:

“Somos todos iguais (enquanto seres humanos), mas somos todos diferentes (pelo modo como construímos a nossa maneira de estar no mundo); que enfim, membros de grupos com identidades, concepções e práticas diversas somos, apesar disto, membros de uma única humanidade” (Aracy Lopes da Silva em *A temática indígena na escola*).

⁴ Mônica Salmaso é uma cantora paulistana.



O COMPROMISSO ÉTICO DO TURISMO SUSTENTÁVEL

A prática do turismo pode ser um importante instrumento para o desenvolvimento da cidadania, se realizado de forma comprometida, respeitando os princípios básicos da diferença, da diversidade cultural existente e do meio ambiente. Deve-se elaborar uma política de turismo que leve em conta a satisfação de todos os envolvidos, a comunidade local, turistas, empresas de turismo. Portanto, vem sendo desenvolvida a idéia de um turismo sustentável, baseado em princípios que deveriam seguir uma escala de prioridades. Tais princípios são abordados com mais ênfase no módulo de “Desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade” deste mesmo livro e também no módulo específico de “Ecoturismo”, já considerando as características mais peculiares desse tipo de turismo.

Sustentabilidade

“A sustentabilidade pode ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na equidade social, eficiência econômica, diversidade cultural, proteção e conservação do meio ambiente. Portanto, tem possibilidade de tornar-se um fator motivador e mobilizador das instituições, regulando padrões de comportamento e valores dominantes” (Ministério do Turismo).

Participação da comunidade local

Em todo o processo, é fundamental a participação da comunidade com pleno exercício da cidadania, gerando direito sobre o conhecimento e propiciando o acesso aos vários serviços de saúde, lazer, educação e assistência social. A participação é um elemento chave tanto na concepção e no planejamento, como na implementação de políticas de turismo. Fortalece, assim, a cidadania, o crescimento social e político do grupo, na medida em que amplia as suas responsabilidades e resgata valores sociais, históricos, étnicos e culturais. Além disso, ocorre de fato a descentralização do processo decisório na implementação das atividades turísticas.

Desenvolvimento local

O turismo deve visar à melhoria da qualidade de vida, bem como à redução de níveis de exclusão social, por meio da distribuição mais justa da renda e de bens. Em cada região, o desenvolvimento turístico deve convergir para o aproveitamento dos recursos específicos e satisfazer as necessidades básicas da população tais como alimentação, habitação, saúde e educação. Além disso, deve ser estimulada a economia local a partir da constituição de pequenos e médios empreendimentos nos diversos setores, valorizando a produção tradicional. Devem ser implementadas políticas públicas de apoio à formação de arranjos produtivos locais, pautados nos princípios da economia solidária, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico e, conseqüentemente, para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Estímulo e valorização das especificidades culturais

A promoção da diversidade cultural a partir da valorização dos seus saberes, conhecimentos, práticas e valores éticos e a inserção na economia das populações tradicionais devem ser estimuladas enquanto troca entre a cultura local e os visitantes, transformando o turismo em agente de inclusão, com conseqüente valorização das produções artísticas, da gastronomia local, da herança cultural, do patrimônio histórico e dos padrões culturais, raciais e étnicos da população. É preciso que todos estes elementos estejam focados na justiça social, incluindo a equidade racial e de gênero.

Atividades

- 1) Em sua comunidade, há alguma preocupação com a sustentabilidade do turismo?
- 2) Como o desenvolvimento em sua comunidade poderia ser melhorado graças ao desenvolvimento de atividades de turismo, respeitando a sustentabilidade?



TURISMO: UM DIREITO SOCIAL?

Com tantos avanços tecnológicos da chamada globalização, há um redescobrimto da cultura local em contraposição à global e, portanto, um crescente desejo das pessoas de conhecerem lugares novos e outras culturas. Nesse sentido, as viagens trazem uma ampliação de horizontes para aqueles que se deslocam de um lugar a outro. Trazemos em nossas malas lembranças, histórias para contar, novos amigos que algum dia poderemos reencontrar e um lugar para voltar. Certamente, voltamos diferentes do que fomos, com a própria experiência da viagem, ainda mais quando estamos abertos e dispostos à troca e ao estabelecimento de uma relação afetiva com as pessoas e o lugar que visitamos.

Já que exigimos políticas públicas para a geração de trabalho, também temos que exigir políticas públicas voltadas para o lazer, divertimento e eventos culturais, importantes momentos da vida que devem ser garantidos como direito a todos.

A Vida de Viajante

Composição: Luiz Gonzaga⁵ e Hervê Cordovil

Minha vida é andar
 Por esse país
 Pra ver se um dia
 Descanso feliz
 Guardando as recordações
 Das terras por onde passei
 Andando pelos sertões
 E dos amigos que lá deixei.

Chuva e sol
 Poeira e carvão
 Longe de casa
 Sigo o roteiro
 Mais uma estação
 E alegria no coração.

Minha vida é andar...

Mar e terra
 Inverno e verão
 Mostra o sorriso
 Mostra a alegria
 Mas eu mesmo não
 E a saudade no coração

Minha vida é andar



Atividades

Em subgrupos, discuta com os companheiros e responda:

- No Brasil, o turismo é um direito de todos?
- Quais são as medidas necessárias (governo, sociedade, instituições, escola) para que o turismo seja um direito garantido a todos?

Apresente os resultados aos demais grupos.

⁵ Luiz Gonzaga nasceu em Exu, Pernambuco. Mestre da sanfona, foi o primeiro e um dos maiores divulgadores da música nordestina.



CÓDIGO DE ÉTICA DO TURISMO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

O Código Mundial de Ética do Turismo foi criado por membros da Organização Mundial do Turismo (OMT), representantes da indústria turística mundial, delegados dos Estados, territórios, empresas, instituições e organismos que se reuniram em Assembléia Geral, em Santiago do Chile, em outubro de 1999.

O Código cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo mundial no início do novo milênio, levando em conta que as estimativas são de que o turismo internacional quase que triplicará o seu volume nos próximos vinte anos. O texto está inspirado nas diversas declarações e códigos profissionais mundiais e tem como objetivo minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural, aumentando os benefícios para os residentes, receptores dos destinos turísticos.

Princípios

1. Contribuição do turismo para a compreensão e o respeito mútuo entre homens e sociedades.

- 1.1 A compreensão e a promoção dos valores éticos comuns à humanidade, num espírito de tolerância e de respeito pela diversidade das crenças religiosas, filosóficas e morais, são, ao mesmo tempo, fundamento e consequência de um turismo responsável. Os agentes do desenvolvimento e os próprios turistas devem ter em conta as tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos, incluindo as de minorias e populações autóctones, reconhecendo a sua riqueza.
- 1.2 As atividades turísticas devem conduzir-se em harmonia com as especificidades e tradições das regiões e países receptores, observando as suas leis, seus usos e costumes.
- 1.3 As comunidades receptoras de turistas, por um lado, e os agentes profissionais locais, por outro, devem aprender a conhecer e a respeitar os turistas que os visitam, e informarem-se sobre os seus modos de vida, gostos e expectativas. A educação e a formação ministradas aos profissionais contribuem para um acolhimento hospitaleiro dos turistas.
- 1.4 As autoridades públicas têm por missão assegurar a proteção dos turistas e visitantes, bem como dos seus bens. Nesse sentido, devem conceder especial atenção à segurança dos turistas estrangeiros, devido a sua particular vulnerabilidade. Assim devem disponibilizar meios específicos. (...).
- 1.5 Os turistas e visitantes devem evitar, quando de seus deslocamentos, praticar atos criminosos ou considerados delituosos pelas leis do país visitado, bem como comportamentos considerados chocantes ou que firam as populações locais, ou ainda suscetíveis de atentar contra o meio ambiente local. Eles também devem abster-se de todo tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas, bem como de produtos ou substâncias perigosas ou proibidas pelas legislações nacionais.
- 1.6 Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de obter informações, antes mesmo de sua partida, sobre as características dos países que pretendem visitar. (...).

2. Turismo, instrumento de desenvolvimento individual e coletivo.

- 2.1 O turismo, atividade geralmente associada ao repouso, à diversão, ao desporto, ao acesso cultural e à natureza deve ser concebido e praticado como meio privilegiado de desenvolvimento individual e coletivo. Praticado com a necessária abertura de espírito, constitui-se em um fator insubstituível de auto-educação, de tolerância mútua e de aprendizagem das diferenças legítimas entre povos e culturas, assim como de sua diversidade.
- 2.2 As atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, devem tender a promover os direitos humanos e especialmente os direitos particulares dos grupos mais vulneráveis, especialmente as crianças, os idosos, os deficientes, as minorias étnicas e os povos autóctones.
- 2.3 A exploração de seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação. Portanto, e em conformidade com o Direito Internacional, deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos e sancionada sem concessões pelas legislações adicionais, quer dos países visitados, quer dos países de origens dos atores desses atos, mesmo quando estes são executados no estrangeiro.



- 2.4 Os deslocamentos por motivo de religião, de saúde, de educação e de intercâmbios culturais ou lingüísticos constituem formas particularmente interessantes de turismo, que merecem ser encorajadas.
- 2.5 A introdução do conteúdo relativo ao valor dos intercâmbios turísticos, dos seus benefícios econômicos, sociais e culturais, e também dos seus riscos, deve ser incentivada nos programas de educação.

3. O turismo, fator de desenvolvimento sustentável.

- 3.1 É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico, salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer eqüitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.
- 3.2 Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.
- 3.3 Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na freqüência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.
- 3.4 As infra-estruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. (...).
- 3.5 O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, desde que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

4. O turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade.

- 4.1 Os recursos turísticos pertencem ao patrimônio comum da humanidade. As comunidades dos territórios onde eles se situam têm, em face deles, direitos e obrigações especiais.
- 4.2 As políticas e as atividades turísticas serão desenvolvidas, respeitando o patrimônio artístico arqueológico e cultural, que deve ser preservado e transmitido às gerações futuras.
- 4.3 Os recursos obtidos pela freqüência aos locais e monumentos culturais devem ser empregados, pelo menos em parte, preferencialmente na manutenção, salvaguarda, valorização e enriquecimento desse patrimônio.
- 4.4 A atividade turística deve ser concebida de forma a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais, artesanais e tradicionais, bem como do folclore, e a não provocar sua padronização e empobrecimento.

5. O turismo, atividade benéfica para os países e para as comunidades de destino.

- 5.1 As populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar eqüitativamente nos benefícios econômicos, sociais e culturais que geram e, sobretudo, na criação de empregos diretos ou indiretos (...).
- 5.2 As políticas turísticas devem ser conduzidas de tal forma que contribuam para a melhoria do nível de vida das populações das regiões visitadas e respondam às suas necessidades. As concepções urbanística e arquitetônica e o modo de exploração das estâncias e alojamentos turísticos devem visar a sua melhor integração no contexto econômico e social local. Em caso de igualdade de competências, deve ser dada prioridade à contratação de mão-de-obra local.
- 5.3 Uma particular atenção deve ser dada aos problemas específicos das zonas costeiras e aos territórios insulares, bem como às zonas rurais e serranas, frágeis, onde o turismo representa, muitas vezes, uma das raras oportunidades de desenvolvimento em face do declínio das tradicionais atividades econômicas.
- 5.4 Os profissionais de turismo, especialmente os investidores, devem, conforme regulamentação estabelecida pelas autoridades públicas, proceder a estudos sobre o impacto dos seus projetos de desenvolvimento em relação ao entorno e aos meios naturais existentes. Devem, da mesma forma, prestar informações quanto aos seus futuros programas e aos impactos previstos com a maior transparência e objetividade requerida, abrindo-se ao diálogo, nessas matérias, com as populações interessadas.

6. Obrigações dos agentes de desenvolvimento turístico.

- 6.1 Os agentes profissionais do turismo têm por obrigação fornecer aos turistas uma informação objetiva e sincera sobre os destinos, as condições de viagem, do receptivo e de estadia. (...).
- 6.2 Os profissionais de turismo, quando lhes couber, irão dar assistência, em cooperação com as autoridades públicas, quanto à segurança, prevenção de acidentes, proteção sanitária e higiene alimentar dos que recorrem aos seus serviços.
- 6.3 Os profissionais do turismo, enquanto deles depender, contribuirão para o pleno desenvolvimento cultural e espiritual dos turistas e permitirão o exercício de suas práticas religiosas durante os deslocamentos.
- 6.4 As autoridades públicas dos Estados de origem e dos países de destino, em coordenação com os profissionais interessados e suas associações, zelarão pelo estabelecimento de mecanismos necessários ao repatriamento dos turistas, no caso do não cumprimento das empresas organizadoras de suas viagens.
- 6.5 Os governos têm o direito, e o dever, especialmente em caso de crise, de informar aos seus cidadãos das condições difíceis, e mesmo dos perigos que eles possam encontrar, por ocasião de seus deslocamentos ao exterior. No entanto, incube-lhes fornecer tais informações sem prejudicar, de forma injustificada ou exagerada, a indústria turística dos países receptores de fluxos turísticos e os interesses dos seus próprios operadores. O conteúdo de eventuais avisos deve, portanto, ser previamente discutido com as autoridades dos países de destino e com os profissionais interessados. As recomendações que sejam formuladas serão estritamente proporcionais à gravidade real das situações e limitadas às zonas geográficas onde a insegurança estiver comprovada. Essas recomendações devem ser atenuadas ou anuladas logo que o retorno à normalidade o permitir.
- 6.6 A imprensa, sobretudo a especializada em turismo, e os outros meios de comunicação, incluindo os modernos meios de comunicação eletrônica, devem fornecer uma informação honesta e equilibrada sobre os acontecimentos e situações suscetíveis de influência na frequência turística. Igualmente, devem ter por missão o fornecimento de indicações precisas e confiáveis aos consumidores de serviços turísticos. As novas tecnologias de comunicação e o comércio eletrônico devem ser desenvolvidos e utilizados para esse fim, não devendo, de forma alguma, assim como a imprensa e os outros meios de comunicação, incentivar o turismo sexual.

7. Direito do turismo.

- 7.1 A possibilidade de acesso direto e pessoal à descoberta das riquezas de nosso mundo constituirá um direito aberto, igualmente, a todos os habitantes do planeta. A participação cada vez mais ampla no turismo nacional e internacional deve ser considerada como uma das melhores expressões possíveis do crescimento contínuo do tempo livre, e não deve ser dificultada.
- 7.2 O direito ao turismo para todos deve ser visto como conseqüência ao direito ao descanso e ao tempo livre e, em particular, a uma razoável limitação da duração do trabalho e licenças periódicas pagas, conforme é garantido no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no artigo 7.3 do pacto internacional relativo aos *Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*.
- 7.4 O turismo social, sobretudo o turismo associativo, que permite o acesso da maioria dos cidadãos ao lazer, às viagens e às férias, deverá ser desenvolvido com o apoio das autoridades públicas.
- 7.5 O turismo das famílias, dos jovens e estudantes, das pessoas idosas e dos deficientes deverá ser encorajado e facilitado.

8. Deslocamento turístico.

- 8.1 Os turistas e visitantes se beneficiarão, respeitando-se o Direito Internacional e as legislações nacionais, da liberdade de circulação, quer no interior do seu país, quer de um Estado para outro, em conformidade com o artigo 13 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*; e poderão ter acesso às zonas de trânsito e de estadia, bem como aos locais turísticos e culturais, sem exageradas formalidades e sem discriminações.
- 8.2 Os turistas e visitantes devem ter reconhecida a faculdade de utilizar todos os meios de comunicação disponíveis, interiores ou exteriores; devem beneficiar-se de um pronto e fácil acesso aos serviços administrativos, judiciários e de saúde locais, bem como ao livre contato com as autoridades consulares do seu país de origem, em conformidade com as convenções diplomáticas vigentes.

- 8.3 Os turistas e visitantes serão beneficiados com os mesmos direitos dos cidadãos do país visitado quanto à confidencialidade dos dados e informações pessoais que dizem respeito a eles, sobretudo as armazenadas sob forma eletrônica.
- 8.4 Os procedimentos administrativos do cruzamento de fronteira, estabelecidos pelos Estados ou resultantes de acordos internacionais, como os vistos, ou as formalidades sanitárias e alfandegárias, devem ser adaptados, de modo a facilitar ao máximo a liberdade de viajar e o acesso do maior número de pessoas ao turismo internacional. Os acordos entre grupos de países, visando a harmonizar e simplificar tais procedimentos devem ser encorajados. Os impostos e os encargos específicos que prejudiquem a indústria turística e atentem contra a sua competitividade turística devem ser progressivamente eliminados ou reduzidos.
- 8.5 Desde que a situação econômica dos países de origem o permita, os turistas devem dispor do crédito de divisas conversíveis, necessário aos seus deslocamentos.

9. Direitos dos trabalhadores e dos empresários da indústria turística.

- 9.1 Os direitos fundamentais dos trabalhadores assalariados e autônomos da indústria turística e das atividades afins devem ser assegurados pelas administrações, quer dos Estados de origem, quer dos países de destino, com especial atenção, tendo em vista as limitações específicas vinculadas à sazonalidade da sua atividade, à dimensão global de sua indústria e à flexibilidade muitas vezes imposta pela natureza do seu trabalho.
- 9.2 Os trabalhadores assalariados e autônomos da indústria turística e das atividades afins têm o direito e o dever de adquirir uma formação ajustada, inicial e contínua. A eles será assegurada uma proteção social adequada e a precariedade do emprego deve ser limitada ao máximo possível. Deverá ser proposto aos trabalhadores sazonais do setor um estatuto especial, visando a sua proteção social.
- 9.3 A toda a pessoa física e jurídica, sempre que demonstrar possuir as disposições e qualificações necessárias, deve ser reconhecido o direito de desenvolver uma atividade profissional no âmbito do turismo, de acordo com a legislação nacional vigente. Os empresários e os investidores - especialmente das pequenas e médias empresas - devem ter reconhecido o livre acesso ao setor turístico com um mínimo de restrições legais ou administrativas.
- 9.4 As trocas de experiência oferecidas aos quadros de trabalhadores de diferentes países, assalariados ou não, contribuem para o desenvolvimento da indústria turística mundial. Assim, devem ser incentivadas sempre que possível, de acordo com as legislações nacionais e as convenções internacionais aplicáveis.
- 9.5 Fator insubstituível de solidariedade no desenvolvimento e de dinamismo nas trocas internacionais, as empresas multinacionais da indústria turística não devem abusar das situações de posição dominante que por vezes detêm. Elas devem evitar tornarem-se modelos culturais e sociais artificialmente impostos às comunidades receptoras de fluxos turísticos. Em troca da liberdade de investir e operar comercialmente, que lhes deve ser plenamente reconhecida, devem comprometer-se com o desenvolvimento local, evitando, pelo repatriamento excessivo dos seus benefícios ou pelas importações induzidas, reduzir a contribuição que dão às economias onde estão instaladas.
- 9.6 A colaboração e o estabelecimento de relações equilibradas entre empresas dos países emissores e receptores contribuem para o desenvolvimento sustentável do turismo e para uma distribuição equitativa dos benefícios do seu crescimento.

10. Aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo

- 10.1 Os setores públicos e privados do desenvolvimento turístico cooperaram na aplicação dos presentes princípios e devem zelar pelo controle da sua efetivação.
- 10.2 Os agentes do desenvolvimento turístico reconheceram o papel dos organismos internacionais, na primeira linha das quais a Organização Mundial do Turismo, e das organizações não governamentais competentes em matéria de promoção e desenvolvimento do turismo, na proteção dos direitos humanos, do meio ambiente e da saúde, respeitando os princípios gerais do Direito Internacional.
- 10.3 Os mesmos agentes manifestam a intenção de submeter, para efeitos de conciliação, os litígios relativos à aplicação ou interpretação do Código Mundial de Ética do Turismo a um terceiro organismo imparcial denominado Comitê Mundial de Ética do Turismo.

Atividades

Em subgrupos, discuta com os companheiros e responda:

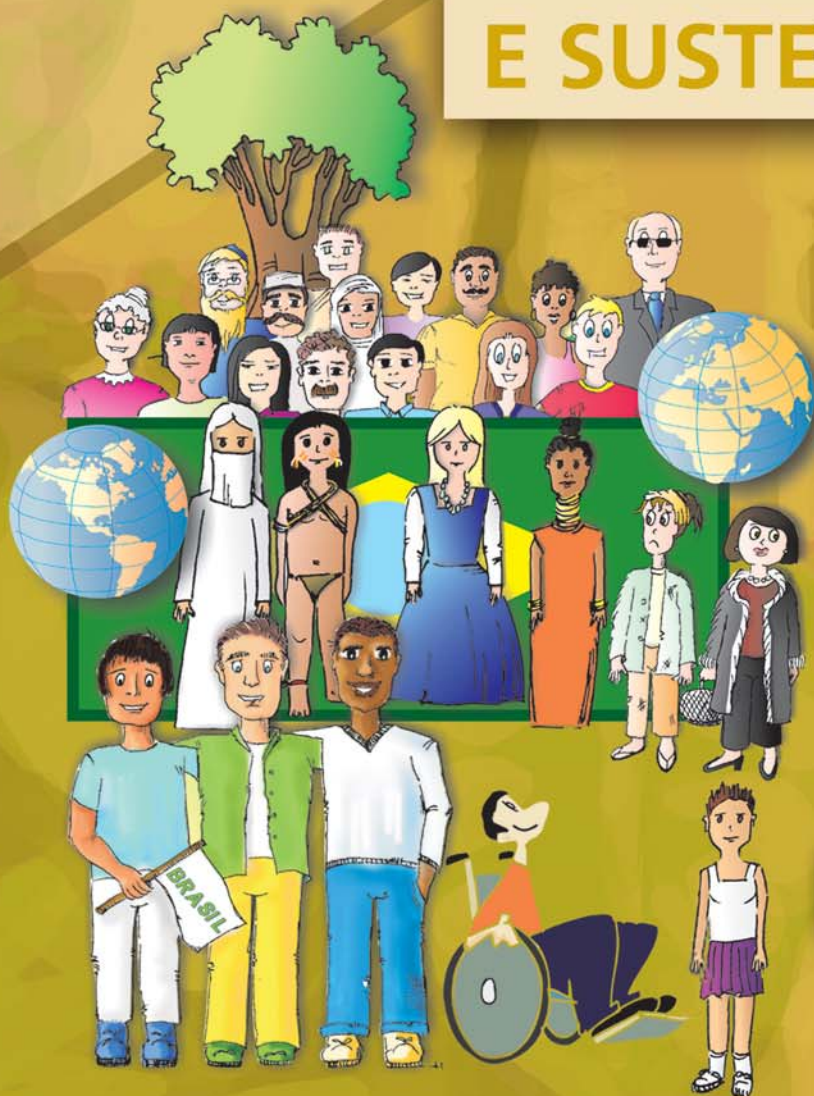
1) O Código de Ética da OMT é respeitado no Brasil?

Monte um painel com os colegas sobre:

2) Os direitos e deveres do povo brasileiro com relação ao turismo.

Módulo II

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



Autora: Paloma Albino Borba Cavalcanti



O SIGNIFICADO SOCIOECONÔMICO DO TURISMO

Há um crescente interesse pelo turismo, tanto no Brasil como no mundo, e isso tem origem na importância econômica que a atividade adquiriu. Nos últimos vinte anos, o turismo vem crescendo em torno de 8% ao ano, elevando-o a uma das cinco maiores atividades geradoras de riqueza e emprego do mundo, de acordo com dados de 2002 da OMT – Organização Mundial do Turismo.

Foi ao longo do século 20, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, que o turismo como o conhecemos hoje conseguiu se desenvolver em grande escala. Isso porque a aviação comercial ganhou força, o carro tornou-se o meio de transporte mais popular, abriram-se muitas estradas e também ocorreram importantes conquistas trabalhistas, como as férias remuneradas. Para entender melhor o surgimento do turismo, consulte os módulos básicos “Passaporte para o Mundo” e “Aprendiz de Lazer e Turismo”.

Dessa forma, a atividade acaba se tornando muito importante para vários países, porque tem a capacidade de gerar muitos empregos, melhorando a renda e a qualidade de vida da população. De maneira geral, pode-se dizer que os principais benefícios econômicos do turismo para um país são: a geração de empregos, o aumento da renda nacional e a melhora na balança de pagamentos, como veremos a seguir.



Empregos, renda nacional e balança de pagamentos

Empregos

É importante compreender que o turismo é uma atividade com o potencial de empregar muito mais pessoas, pois necessita de muita mão-de-obra. Além de fazer parte do setor de serviços (que passou a empregar mais que a indústria), o turismo tem um processo produtivo especial, necessitando de diversas organizações para ser realizado e, a maioria delas, de pequeno porte (que também acabam empregando proporcionalmente mais que as grandes empresas). Além disso, tem a capacidade de gerar muitos empregos de média e baixa qualificação, ou seja, a maior parte dos trabalhadores empregados não necessita de curso superior, mas sim de cursos técnicos que qualifiquem uma função.

Tomando como exemplo a hotelaria, funções como a de camareira, garçom, faxineiro, cozinheiro, recepcionista, telefonista, entre outros, não exigem nível superior e são a maioria dos empregos em um empreendimento. Entretanto, é recomendável que todos os trabalhadores tenham o ensino médio completo.

Dias (2002) aponta que, em 2001, foram gerados 207 milhões de empregos em todo o mundo e que a previsão é que, em 2011, esse número alcance 260 milhões, o que significa praticamente 9% do número total de empregos. Entretanto, há uma enorme dificuldade para se conseguir estipular o número de empregos exatos que a atividade gera, especialmente no Brasil, por causa das dimensões do nosso território e da condição de informalidade de muitos trabalhadores⁶.

Costuma-se calcular o número de empregos gerados com o turismo em um país a partir de duas bases: a primeira identifica quantos empregos diretos são gerados, tanto formais quanto informais. Mas o que significa um emprego direto? Considera-se que um trabalhador é um empregado direto quando ele atua em atividades típicas do turismo, como por exemplo, a hotelaria, os serviços de guias de turismo, os transportes, as agências de viagem e turismo, as empresas de alimentação, entre outras.

A segunda base busca identificar os empregos indiretos gerados a partir do desenvolvimento do turismo. Como exemplo, vamos considerar uma cidade que passa a receber visitantes. Esse visitante necessita da hospedagem, dos restaurantes e dos atrativos turísticos, mas também precisa que se produzam mais ovos, alfaces, carne,

⁶ A informalidade significa que o emprego existe, porém não há registro (na carteira de trabalho).



entre outros alimentos. Também vai necessitar comprar um remédio em uma farmácia, roupas e outros artigos no comércio da cidade. O que acaba acontecendo então? Como os produtores vão precisar produzir mais alimentos para os turistas e os comerciantes vão ter mais gente para atender em seus estabelecimentos, acabam contratando mais empregados para seus negócios.

Esses são os chamados empregos indiretos, porque esses trabalhadores não estão atuando diretamente com serviços turísticos, mas são contratados em função do aumento do número de turistas naquela cidade. Estima-se que em torno de 52 setores produtivos sejam beneficiados com o desenvolvimento da atividade turística nos destinos, tais como a construção civil, os hortifrutigranjeiros, a agropecuária, o comércio em geral e a produção de artesanato.

Segundo Rabahy (2003), em 2002, o número de empregos gerados a partir do turismo no Brasil foi de 1,63 milhão de postos de trabalho diretos e 750 mil indiretos, totalizando 2,4 milhões, o equivalente a 3,3% do total de pessoal ocupado em todo o país. O Ministério de Turismo⁷ recentemente divulgou números que apontam para o crescimento do número de empregos no setor: entre os anos de 2003 e 2005, foram gerados 263 mil empregos diretos e 789 mil indiretos, totalizando pouco mais de 1 milhão de novos postos de trabalhos.

Além dos empregos gerados, podemos estudar também qual é a renda média do trabalhador do turismo. O autor Arbache (2001) nos apresenta resultados interessantes: ao longo da década de 1990, houve aumento significativo do rendimento médio mensal no turismo brasileiro, passando de R\$520,00 em 1993 para R\$636,00 em 1998, um crescimento real de 22%. Esse aumento na renda elevou o setor à quinta posição entre as áreas que melhor remuneram, superando o comércio e alguns ramos da indústria.

Renda nacional

Dessa forma, como consequência do número de empregos gerados e da renda média de cada trabalhador, tem-se também um aumento da renda nacional do país, que pode ser chamada de PIB – Produto Interno Bruto - e que indica tudo aquilo que é produzido no país. Nos estados, mais desenvolvidos, o turismo chega a representar em torno de 4% do PIB, mas no Brasil esse número é um pouco menor, chegando a 2%. Já em algumas ilhas e países menores, que recebem muitos turistas, a atividade chega a representar mais de 50% do PIB.

No entanto, essa porcentagem só representa as receitas diretas geradas. A partir delas, surgem também os gastos indiretos, mais conhecidos como “efeitos multiplicadores da renda do turismo”. Esse efeito não é exclusividade do turismo. Consideremos o exemplo dos consumidores de suco de laranja engarrafado: ao comprar o produto no supermercado, estão proporcionando emprego aos funcionários do supermercado e gerando receita aos proprietários. Estes irão repassar parte da receita aos fabricantes do suco que, por sua vez, repassarão aos produtores de laranja de uma pequena cidade do interior. Esses produtores terão receita e poderão empregar mais pessoas nas suas plantações. Estas pessoas terão um salário e, com isso, irão gastar sua renda na cidade. Esse dinheiro estará, por fim, movimentando parte da economia daquela cidade, gerando mais empregos e assim por diante. Multiplicam-se as receitas, os empregos e o próprio capital.

No Brasil, alguns estudos indicam que esse índice multiplicador é de 2,4, ou seja, a cada real gasto pelo turista, outros R\$ 2,4 estariam sendo gerados na renda nacional. Se aplicássemos esse índice ao exemplo das laranjas, teríamos que, a cada real gasto na compra de uma caixinha de suco de laranja, mais R\$ 2,4 de renda seriam gerados ao longo da cadeia de suprimentos e empregos.

Renda do turismo = receitas diretas (gastos dos turistas em hotéis, restaurantes, etc.) + receitas indiretas (gastos das empresas de turismo com outras empresas) => EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS.

Balança de pagamentos

Um outro importante indicador econômico do turismo é a balança de pagamentos. Esse índice mede o total gasto na importação de produtos e serviços em comparação ao total recebido a partir das exportações. De uma maneira simplificada, isso significa dizer que, quando vendemos mais que compramos do exterior, temos lucro e quando compramos mais do exterior do que vendemos, temos prejuízo. Essa conta é muito importante para demonstrar se o país tem capacidade de produzir tudo aquilo que consome e também se os nossos produtos são competitivos no mercado internacional.

⁷ Para consultar mais dados, veja o documento referencial para o Turismo 2007-2010, disponível no site do Ministério do Turismo: www.turismo.gov.br.

No turismo, o índice da balança comercial mede o gasto dos turistas brasileiros fora do país, ou seja, todos os brasileiros que viajaram ao exterior e o quanto eles gastaram, de um lado, e de outro, quanto gastaram os turistas estrangeiros que visitaram o país. Se a balança for negativa, saiu mais dinheiro do país do que entrou por meio do turismo mas se, for positiva, entrou mais dinheiro do que saiu e tivemos lucro.

No Brasil, durante muitos anos e até recentemente, tivemos uma história de balanças comerciais negativas, ou seja, turistas brasileiros gastavam mais no exterior do que estrangeiros gastavam no Brasil. Mas, a partir das políticas de incentivo para que o brasileiro viajasse mais pelo Brasil e com a desvalorização do real (que passou a valer cada vez menos que o dólar), fazendo com que ficasse muito caro viajar para o exterior, tivemos resultados cada vez melhores.

Balança do turismo = Gastos dos estrangeiros no Brasil – Gastos dos brasileiros fora do Brasil =>
BALANÇA COMERCIAL POSITIVA (+) OU NEGATIVA (-).

Como os países podem incentivar o desenvolvimento do turismo?

Como vimos, o turismo acaba se tornando uma atividade econômica muito importante para os países. Para incentivar o desenvolvimento da atividade, então, os governos passaram a investir recursos e desenvolver diversos tipos de ações.

Uma dessas formas é o investimento em infra-estrutura básica (energia elétrica, saneamento básico, etc) e de acesso (rodovias, portos, aeroportos, rodoviárias) para que seja possível que as empresas se instalem nas cidades e também que os turistas tenham como chegar ao local que querem visitar. Além disso, uma boa cidade e um bom país para o turista deve ser bom primeiramente para seus cidadãos e, por isso, é fundamental que os governos tomem consciência de que o investimento em melhorias básicas para a população também beneficia os turistas e a vinda de investimentos privados e empresas turísticas.

Além disso, é necessário conceder incentivos fiscais para que as pequenas, médias e grandes empresas possam se instalar em regiões menos desenvolvidas turisticamente, por exemplo, ou ainda, estabelecer linhas de financiamento para que o empresariado consiga o crédito necessário para construir ou ampliar seu negócio.

Um outro tipo de ação de grande importância é a de divulgação do país. Normalmente, o governo tem a função de promover o local, divulgando seus atrativos, realizando propagandas e campanhas promocionais para que as pessoas viajem mais dentro de seu país e também para que os estrangeiros possam conhecer e visitá-lo cada vez mais.

Diante de tantas ações, os governos passaram a desenvolver, desde o início da década de 1960, os chamados *Planos ou Políticas Nacionais de Turismo*, instrumentos a partir dos quais definem todas as metas que desejam alcançar para o desenvolvimento da atividade turística e também todas as ações ou políticas públicas que desejam empreender ao longo de suas gestões.

Segundo a OMT – Organização Mundial do Turismo (2005) a “Política ou Plano Nacional de Turismo fixa os principais objetivos, estratégias e ações que serão executadas, com o intuito de elaborar um marco geral propício ao desenvolvimento duradouro da atividade turística”.

O Brasil conseguiu formular e implementar sua primeira *Política Nacional de Turismo* a partir de 1996. Logo que foi criado, o Ministério do Turismo também formulou o Plano Nacional de Turismo para os anos de 2004 a 2007, estabelecendo áreas prioritárias para sua atuação como melhoria da gestão, incentivo ao crescimento das empresas e serviços turísticos, melhoria da infra-estrutura básica e de acesso das cidades turísticas, da qualidade dos serviços turísticos e da capacitação dos profissionais atuantes e apoio à comercialização. Além disso, também estabeleceu metas com relação ao número de empregos a serem gerados e ao número de turistas estrangeiros e nacionais que gostaria de receber ao longo desses anos.

É importante perceber, dessa forma, que, ao fazermos uma viagem ou trabalharmos em uma atividade turística, estamos participando desse plano maior que é estabelecido pelo governo de nosso país. Cabe a cada um trabalhar para melhorar as condições de vida da população brasileira, aumentar as receitas e o número de turistas de nosso país, sempre preservando o que nos é mais precioso: nosso povo e nosso patrimônio natural e cultural. Veja, na página seguinte, um trecho do *Plano Nacional de Turismo 2003-2007*, que contém uma mensagem do Ministro do Turismo:



Plano Nacional de Turismo 2003-2007

O Plano Nacional foi concebido de forma coletiva, com uma ampla consulta às mais diversas regiões brasileiras e a todos os setores representativos do turismo e constitui-se em um processo dinâmico de construção permanente. Traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística.

(...) Ao colocar o Plano Nacional em execução, permitimo-nos reorientar esforços e eliminar obstáculos de tal forma que se realize o nosso compromisso de fazer do turismo uma prioridade nacional. Assim sendo, temos que preparar o futuro, olhar para frente e construir o que deverá ser esta atividade nos anos vindouros, com base em um pensamento estratégico, a partir do reconhecimento do turismo como atividade econômica relevante que requer planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes.

Devemos diversificar nossos mercados assim como os produtos e destinos que oferecemos. O governo federal, os governos estaduais e municipais, instituições e associações de classe, universidades, empresários, trabalhadores, organizações não governamentais e todos os demais que compõem o setor devem realizar um esforço para incrementar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro, neste momento em que muitos outros países estão competindo para conquistar mercados turísticos.

Destacamos ainda a atenção que devemos dirigir ao incremento do turismo interno, que deve ser fortalecido pelo consumo da sociedade brasileira, permitindo a todos o acesso ao lazer e às férias, respondendo a uma aspiração legítima dos nossos cidadãos e tendo no turismo um fator de construção da cidadania e de integração social.

Desta forma, estamos apresentando à sociedade brasileira o Plano Nacional do Turismo, cuja construção, consolidação e execução deverão ocorrer ao longo dos próximos anos, tendo presente que o turismo:

- deverá se transformar em fonte geradora de novos empregos e ocupações, proporcionando uma melhor distribuição de renda e melhorando a qualidade de vida das comunidades;
- ao contribuir para multiplicar os postos de trabalho no território nacional, poderá interferir positivamente no âmbito da violência urbana, fortalecendo a segurança da população;
- deverá transformar-se em um agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade;
- tornar-se-á um instrumento de organização e valorização da sociedade, articulando seus interesses econômicos, técnicos, científicos e sociais, com o lazer, a realização de eventos, feiras e outras atividades afins;
- poderá, por meio de programas de qualificação profissional, elevar a qualidade da oferta turística nacional, fator essencial para inserir o país competitivamente no mercado internacional;
- atuará como mecanismo instigador de processos criativos, resultando na geração de novos produtos turísticos, apoiados na regionalidade, genuinidade e identidade cultural do povo brasileiro, fortalecendo a auto-estima nacional e a de nossas comunidades;
- a partir das novas políticas sociais, poderá configurar-se como uma das mais eficazes expressões do uso do tempo liberado [livre] do trabalhador, contribuindo para a sua saúde física e mental;
- ao ser fortalecido internamente pelo exercício contínuo e sistêmico de consumo pela sociedade brasileira, deverá criar as condições desejáveis para a estruturação de uma oferta turística qualificada, capaz de atender melhor o mercado internacional;
- para alcançar as metas desejáveis no balanço de pagamentos, exigirá normatização e legislação adequadas, com vistas à facilitação e ao aumento da entrada de turistas estrangeiros;
- por sua dinâmica, necessita de uma constante troca de informações entre os destinos turísticos, a oferta e os mercados consumidores, o que requer investimentos constantes em *marketing*.

Por fim, é importante salientar que as metas desafiadoras para o período 2003-2007 requerem entusiasmo e determinação, cujo atingimento somente será possível por meio de um esforço conjunto entre agentes públicos e privados para solidificar uma estrutura turística integrada e duradoura(...)

Fonte: Plano Nacional de Turismo 2003-2007 – Diretrizes, Metas e Programas.
Disponível em www.turismo.gov.br

Quantos e quem são nossos turistas?

O Turismo internacional no Brasil

A participação do Brasil e da América do Sul ainda é modesta, considerando o fluxo turístico mundial. Em 2002, segundo a OMT – Organização Mundial do Turismo os países sul-americanos receberam, juntos, cerca de 13,6 milhões de turistas (dos quais o Brasil representa 28%) e um faturamento de US\$ 14,4 bilhões, enquanto em termos comparativos, a região do Caribe recebeu, no mesmo período, 17,3 milhões de turistas e obteve um faturamento de US\$ 16,7 bilhões. Os países que mais receberam turistas no mundo foram, de acordo com dados da OMT de 2002, a França, a Espanha, os Estados Unidos, a Itália, a China e o Reino Unido.

O turismo brasileiro vem crescendo. Através de pesquisas nos principais aeroportos e fronteiras terrestres do país, é possível traçar um perfil do turista estrangeiro que nos visita. Em 2002, ele permaneceu, em média, 14,4 dias e gastou US\$87 por dia. As principais cidades visitadas foram:

Principais Cidades visitadas pelo turista estrangeiro em 2002	
Cidades	%
Rio de Janeiro	38,58
São Paulo	20,54
Salvador	12,76
Foz do Iguaçu	9,28
Recife	8,24
Porto Alegre	7,93
Florianópolis	6,42
Balneário Camboriú	4,90

Fonte: Anuário Estatístico Embratur 2002

O turista estrangeiro que visita o Brasil tem nacionalidades distintas, mas os europeus, norte-americanos e sul-americanos são a grande maioria. Entre os europeus, destacam-se os alemães, franceses, italianos, portugueses e espanhóis e, entre os sul-americanos, os argentinos, uruguaios e paraguaios.

Turismo doméstico

O turismo doméstico é aquele que trata dos brasileiros viajando dentro de seu próprio país. A EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo procurou estimar esse número: em 1998, em torno de 38 milhões de brasileiros viajaram e, em 2001, 41 milhões, um número muito significativo e que indica crescimento para os próximos anos.

Quanto ao perfil, o brasileiro costuma viajar muito de carro e ônibus de linha; viajar de avião ainda é uma realidade muito distante; somente 9% das viagens utilizaram esse meio de transporte. A grande maioria ainda fica hospedada em casa de amigos e parentes (66%), embora a utilização dos meios profissionais de hospedagem venha subindo: 15% já ficam em hotéis e 5% em pousadas. Somente 8% dos turistas utilizaram os serviços de uma agência de viagens, portanto, a maioria realiza viagens independentes e auto-organizadas.

Esses números indicam um Brasil que ainda tem muito a crescer em termos de viagens domésticas. O brasileiro, embora goste de viajar, é prejudicado por sua renda. Por outro lado, a cifra de 41 milhões de turistas indica que muita gente já está viajando nesse país, o que é impressionante se levarmos em conta nossos índices sociais, a desigualdade de renda e o grau de pobreza de muitas regiões do Brasil. Viajar é, portanto, um sinal de melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Atividades

- 1) O turismo é uma atividade que necessita de muita mão-de-obra. Comente essa afirmação.
- 2) Por que a maioria dos brasileiros viaja de carro ou ônibus?
- 3) Descubra se existe algum tipo de estudo sobre os turistas que visitam sua cidade. Depois, comente a importância de saber qual é o perfil dessas pessoas.
- 4) Faça uma pesquisa com seus familiares e amigos, procurando descobrir qual foi o lugar mais longe do Brasil que conheceram, como fizeram para chegar lá e onde se hospedaram.



O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E SEUS EFEITOS



Neste tema, estudaremos quais os principais efeitos que o turismo pode criar sobre a comunidade que o recebe, alterando seu modo de viver e a economia local. Também vamos entender um pouco dos efeitos que a atividade pode gerar sobre o meio ambiente.

Desenvolvimento econômico local: efeitos do turismo na comunidade

O Brasil apresenta excelentes perspectivas para o turismo em todo o seu território. Os diversos biomas e ecossistemas, bem como o imenso patrimônio cultural existente em

todas as regiões brasileiras permitem que diversos destinos sejam estruturados para o turismo. Dessa forma, a atividade é uma das mais importantes opções para o desenvolvimento econômico local, especialmente para aquelas regiões carentes de outras iniciativas econômicas, de grande fragilidade ambiental ou de relevante patrimônio histórico-cultural.

Os efeitos econômicos do desenvolvimento turístico podem ser muito benéficos, trazendo empregos e renda para locais onde quase nenhuma outra atividade conseguiria se desenvolver. Entretanto, se não for desenvolvido da forma correta, tende a gerar inúmeros efeitos negativos, muitos dos quais de difícil reversão.

Para que o desenvolvimento turístico consiga se estabelecer de forma mais efetiva e sustentável, é muito importante contar com a participação e o envolvimento da comunidade local, já que sua compreensão da realidade é única. A partir de um processo participativo, fica mais fácil construir com sucesso boas políticas de turismo.

É importante, também, estar consciente de que não devemos considerar a atividade a solução para todos os problemas brasileiros, pois ela precisa de alguns importantes requisitos para se desenvolver, como infra-estrutura urbana, acesso e equipamentos de saúde e educação. Embora possa contribuir muito para a construção de um Brasil melhor, uma série de outras ações políticas e projetos são necessários.

Efeitos socioeconômicos

Para entender os efeitos socioeconômicos do turismo, precisamos identificar que, na maior parte dos casos, a atividade se desenvolve de forma espontânea. O que significa esse desenvolvimento de forma "espontânea"? Para explicar, vamos tomar como exemplo uma cachoeira. Inicialmente, essa cachoeira é freqüentada somente por algumas pessoas do local, mas, com o passar do tempo, ela vai se tornando conhecida, surgem alguns visitantes de fora da cidade que passam a indicá-la para outros turistas e, de repente, essa cachoeira já está sendo freqüentada por muita gente.

Ao mesmo tempo em que ela estava se tornando conhecida, foi aberta uma estrada de terra maior para passarem carros; alguém da comunidade montou uma estrutura para vender bebidas e comidas no local; outras pessoas da comunidade montaram um restaurante que serve almoços; outras começam a ganhar dinheiro como flanelinhas (guardando os carros dos visitantes).

Ainda não há coleta de lixo. O lixo produzido pelos turistas acumula-se nas imediações da cachoeira, gerando mau cheiro e poluição; também não há sistema de abastecimento de água e rede de esgotos. A água da cachoeira começa a ficar poluída e, de repente, quando as autoridades e a comunidade percebem, a cachoeira está totalmente degradada.

Esse último exemplo ilustra uma série de impactos negativos gerados a partir do crescimento do turismo a um atrativo. Imaginem se todos os atrativos da cidade fossem utilizados dessa forma? Em muito pouco tempo, todo o meio ambiente estaria degradado e haveria uma série de problemas sociais. São exatamente esses os tipos de impactos gerados quando o turismo se desenvolve em uma cidade de forma desordenada e espontânea, sem nenhum planejamento ou controle por parte das autoridades ou da própria sociedade. A tabela da página seguinte aponta os principais efeitos que o turismo pode gerar na economia, nas cidades e na vida da comunidade local:

Principais impactos socioeconômicos negativos do turismo

- A) Aumento do custo de vida;
- B) Insuficiência dos serviços públicos;
- C) Êxodo rural e êxodo de outras atividades econômicas;
- D) Migração regional;
- E) Urbanização e adensamento populacional;
- F) Especulação imobiliária e periferização da cidade – favelização;
- G) Criminalidade, tráfico e uso de drogas;
- H) Diminuição da qualidade de vida;
- I) Perda econômica – empreendimentos com sede fora da cidade remetem seus lucros;
- J) Sazonalidade – desemprego, prejuízos, falência.

A) Aumento do custo de vida: a chegada de turistas gera um maior movimento no comércio e no setor de serviços, fazendo com que os proprietários vejam uma oportunidade de lucrar mais e aumentam seus preços. Conseqüentemente, como os residentes usam uma parte dos serviços e compram nos mesmos lugares que os turistas, acabam prejudicados.

B) Insuficiência nos serviços públicos: o turismo cresce muito mais rápido que a capacidade de resposta dos serviços públicos. Demoram-se anos para ampliar a oferta de energia elétrica, o sistema de abastecimento de água, o saneamento básico, o asfaltamento de vias urbanas, etc., enquanto o crescimento da demanda por tais serviços, por causa do turismo, é muito mais rápido.

C) Êxodo rural e de outras atividades econômicas: é muito comum nos pequenos municípios, um movimento do campo para a cidade - o êxodo rural pois os trabalhadores rurais, principalmente os jovens, acreditam que o turismo lhes dará uma melhor oportunidade de vida e remuneração. Então, as pequenas propriedades agrícolas entram em decadência e a cidade passa a ter que comprar fora os alimentos hortifrutigranjeiros.

Além disso, pode ocorrer uma “monocultura” econômica, ou seja, todos os proprietários do local migrarem para o turismo na esperança de ter mais lucro. Se houver queda no fluxo turístico, haverá falências em massa, causando enormes problemas e desemprego na cidade.

D) Migração regional: também é muito comum a migração das cidades que estão em volta daquela que está crescendo com o turismo. Esse não é um fenômeno restrito ao turismo: as grandes capitais e as cidades-satélites sofrem com esse problema, pois há excesso de gente, que, por não ter melhores condições de vida, acaba indo morar nas periferias da cidade, agravando ou gerando problemas de favelização.

E) Urbanização e adensamento populacional: trata-se de outro problema muito comum no desenvolvimento do turismo. Cresce o número de turistas, cresce a urbanização sobre o território. Praias antes desertas passam a ter casas de veraneio e hotéis, gerando uma extensão da cidade para esses novos núcleos habitacionais. O processo de urbanização acaba eliminando parte das áreas verdes da cidade e há uma perda da qualidade de vida.

F) Especulação imobiliária e periferização das cidades: a atividade turística gera uma valorização dos terrenos, especialmente daqueles próximos aos atrativos. O que acontece, normalmente, é que as imobiliárias compram os terrenos das comunidades tradicionais e os vendem a um preço mais caro a investidores e turistas. Entretanto, com o dinheiro que recebem da imobiliária, os moradores já não conseguem comprar bons terrenos e acabam indo para a periferia da cidade. Esse é um impacto muito comum nas pequenas cidades litorâneas de todo o Brasil - no litoral paulista, muitas comunidades de indígenas caiçaras foram expulsas da beira-mar e, no litoral nordestino, muitos terrenos são vendidos a grupos estrangeiros.

G) Criminalidade, tráfico e uso de drogas: o aumento da urbanização, a migração e periferização das cidades turísticas têm efeito direto sobre o aumento da criminalidade. Esta é decorrente de um processo de marginalização social da população que mora nos bairros pobres, em contraposição aos turistas e moradores “ricos”. Como conseqüência, cresce o número de assaltos, furtos de carros e a residências. Um outro impacto negativo é o surgimento do tráfico de drogas. Trata-se de um problema muito sério, pois expõe os jovens residentes, antes inseridos em uma comunidade tradicional, ao contato com as drogas, podendo aumentar inclusive o número de usuários.

H) Diminuição da qualidade de vida: diante de tantos impactos negativos, é natural que a qualidade de vida dos moradores se deteriore. Congestionamentos, poluição sonora e visual, aumento da urbanização, dos problemas sociais e do custo de vida são apenas alguns dos problemas enfrentados pelas comunidades.

I) Perda econômica: Grandes cadeias hoteleiras têm a vantagem de gerar muitos empregos; entretanto, alguns empreendimentos optam por importar muita mão-de-obra, alegando que a população local não está qualificada para o trabalho. Isso gera uma considerável perda econômica.



J) Sazonalidade: enquanto na alta temporada há excesso de pessoas nas cidades, gerando a sobrecarga dos serviços, na baixa temporada, há capacidade ociosa de boa parte dos negócios. Como consequência, a cidade sofre com o desemprego, com o prejuízo e as falências de muitos negócios. Isso gera uma insatisfação em toda a comunidade, que ora sofre com o excesso de gente, ora com o desemprego; nas prefeituras, que têm de lidar com problemas econômicos, sociais e infra-estruturais e, por fim, nos turistas, que acabam voltando insatisfeitos por causa dos congestionamentos, da superlotação, falta de produtos, etc.

Se bem desenvolvido de forma sustentável, entretanto, o turismo pode gerar muitos benefícios socioeconômicos.

Impactos socioeconômicos positivos do turismo
A. Geração de empregos diretos (em particular para jovens, mulheres e minorias étnicas) e indiretos (na pesca, agricultura, artesanato e manufatura, por exemplo);
B. Aumento das empresas, faturamento e arrecadação municipal;
C. Melhoria da qualidade de vida – aumento da renda;
D. Auxílio na diminuição da desigualdade de renda (através da rede de pequenos proprietários, por exemplo).

O desenvolvimento do turismo pode trazer muitos empregos à cidade, especialmente se os empreendimentos optarem por usar a mão-de-obra local. Além disso, todas as atividades que crescem indiretamente com o turismo também propiciam empregos.

Há, ao mesmo tempo, o surgimento de várias empresas, crescimento de outras e melhoria na arrecadação municipal, que, quando bem administrada, pode reverter em numerosos benefícios à comunidade local, como melhoria dos serviços urbanos, educação e saúde. Conseqüentemente, há melhoria na qualidade de vida dessas populações.

E, se a rede produtiva do turismo for estruturada em torno de pequenos proprietários de hotéis, restaurantes e agências de viagem, é muito provável que a renda seja mais bem distribuída do que em modelos onde há grandes empresas. Assim, mesmo com acentuado crescimento, a oferta se estrutura de forma pulverizada, permitindo uma melhor distribuição de renda.

Efeitos socioculturais

A origem dos impactos socioculturais está na interação entre turistas e comunidade residente. Turistas e comunidade normalmente têm culturas diferentes e, no curto espaço de uma viagem, não é possível que um turista vivencie a cultura local de forma a tornar-se parte dela.

O conceito de cultura deve ser entendido de uma forma mais ampla. Todas as sociedades, sejam elas rurais ou urbanas, possuem o seu próprio sistema de valores e costumes. Dessa forma, não se trata somente das manifestações folclóricas, artísticas e das construções históricas, mas também dos hábitos e costumes de uma comunidade tradicional.

Em meio a esse contato que se estabelece entre os turistas e a comunidade, surgem alterações no contexto sociocultural do lugar, que podem ser benéficas ou negativas. A tabela abaixo apresenta, de forma resumida, os principais impactos positivos e negativos que o turismo acarreta:

Impactos socioculturais do turismo
Negativos
A. Mudança nos hábitos de consumo: alimentação, vestuário, entretenimento;
B. Descaracterização das expressões culturais locais e do artesanato;
C. Exploração sexual, prostituição e aumento das doenças sexualmente transmissíveis;
D. Degradação do patrimônio histórico-cultural.
Positivos
A. Valorização da cultura local e do artesanato;
B. Criação de uma identidade cultural local e consciência para preservação;
C. Melhoria no nível educacional das comunidades;
D. Valorização e preservação do patrimônio histórico.



A) Mudança nos hábitos e costumes locais: é um dos impactos mais comuns, pois os turistas vêm com roupas de férias, hábitos alimentícios e linguagens muito diferentes. Aí começa o chamado “efeito demonstração”, especialmente entre os jovens. Os residentes começam a imitar o estilo de vida dos turistas, introduzem gírias e passam a se vestir e comer de maneira semelhante aos visitantes. Como consequência, há uma perda significativa dos hábitos e costumes tradicionais. Há também um relaxamento da moralidade, pois os jovens passam a achar natural beber e consumir drogas, por exemplo.

B) Descaracterização das expressões culturais x valorização da cultura local: o turismo pode gerar tanto a preservação da cultura local criando, inclusive, uma identidade cultural e sentimento de orgulho, quanto pode levar a

uma excessiva comercialização e descaracterização de suas expressões. Nesse caso, o artesanato passa a ser produzido em função dos gostos dos turistas, perde um pouco de sua essência e naturalidade. As expressões folclóricas também se tornam apresentações encenadas. Entretanto, quando elas ocorrem de forma espontânea, sendo valorizadas pelo turista, podem trazer enormes benefícios positivos. Os jovens passam a se envolver nas questões culturais, dedicando-se à sua preservação. É o caso de muitos municípios brasileiros que mantiveram suas tradições folclóricas, a exemplo do Recife - PE e São Luís - MA.

C) Exploração sexual, prostituição e aumento de doenças sexualmente transmissíveis: a exploração sexual é um dos graves problemas enfrentados pelo Brasil, especialmente em alguns estados do Nordeste, pois alguns visitantes estrangeiros têm uma imagem de que somos um país liberal e com belas mulheres seminuas. Recentemente, o Ministério do Turismo realizou uma campanha para o combate à exploração sexual de menores, como já vimos no módulo de “Ética e Cidadania” deste mesmo livro, e que vem obtendo importantes efeitos positivos. O agravamento dos problemas sociais, a pobreza e a esperança de ganhos rápidos levam inúmeras mulheres, muitas das quais menores, a se prostituir. Esse problema pode ser combatido por meio de políticas de conscientização e coibição aos turistas que se enquadrem nesses casos, aos equipamentos turísticos que incentivam a prática e ao incentivo de políticas assistenciais às vítimas.

D) Degradação do patrimônio histórico-cultural x preservação: da mesma forma que as manifestações culturais, também a cultura material pode ser preservada ou degradada por causa do turismo. Um uso excessivo e atos de depredação podem levar à degradação do patrimônio. É o caso de alguns locais em Ouro Preto e dos Profetas esculpidos pelo mestre Aleijadinho em Congonhas do Campo - MG. Por outro lado, a atividade turística pode gerar uma valorização das construções, fazendo com que muitas sejam restauradas, tombadas e preservadas.

Um último impacto positivo sociocultural está ligado à geração de empregos e à possibilidade de melhoria educacional da população. Aumenta a preocupação em qualificar-se para a profissão, seja por meio de cursos técnicos seja do ensino regular e também há a busca pelo aprendizado de novas línguas, especialmente o inglês e o espanhol.

Atividades

- 1) Cite e comente alguns dos efeitos socioeconômicos que mais lhe chamaram atenção.
- 2) Como você descreveria sua cultura local (hábitos, costumes, tradições)?
- 3) Procure identificar alguns efeitos socioeconômicos e culturais que foram retratados no texto e que acontecem ou aconteceram em sua cidade.
- 4) Visita monitorada pelo professor a alguns pontos da cidade para exemplificar alguns dos impactos socioeconômicos retratados no texto, fazendo um diagnóstico situacional (identificação dos principais pontos positivos e negativos em relação ao desenvolvimento socioeconômico). Caso o município ainda não apresente muitos deles, o exercício deve ser o de identificar o que pode acontecer na cidade a partir de um desenvolvimento desordenado do turismo.

Impactos ambientais do turismo

Um grande debate da atualidade reside no conflito que se verifica entre o desenvolvimento econômico e os impactos ambientais. Estes impactos têm sido gerados pelas mais diversas atividades econômicas e também pelo próprio processo de crescimento populacional e o aumento da urbanização.

O crescimento das cidades, sem um planejamento adequado, gera uma série de efeitos negativos, tais como a poluição das nascentes, a contaminação dos rios, a ocupação desordenada em áreas de preservação ambiental ou nos morros e nas encostas, causando problemas de erosão e deslizamentos de terra. E há, também, o desmatamento e o conseqüente impacto sobre a fauna e a flora locais, levando algumas espécies à extinção.

Como o turismo acontece em um território, um lugar, e tem como um de seus efeitos mais fortes a aceleração do processo de urbanização, devido à criação de infra-estrutura turística e aumento do número de visitantes, ele pode ser responsável por alguns efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Todos os tipos de turismo podem gerar efeitos sobre o meio ambiente. Podemos observá-los tanto em grandes cidades como nas pequenas. A prática do ecoturismo, como abordado no módulo específico "Ecoturismo", por ser realizada em ambientes naturais, pode gerar efeitos ainda mais intensos sobre o meio.

Os principais efeitos negativos produzidos a partir do crescimento das cidades em função do turismo seguem abaixo:

Principais efeitos urbano-ambientais do turismo	
Impactos negativos	Riscos socioambientais
Aterros ilegais, excesso de lixo	Poluição do lençol freático que abastece as cidades
Esgotos sem tratamento e lixo jogado na praia, rios, lagoas e lagos	Poluição das águas, inviabilizando a pesca, o banho e oferecendo riscos à saúde da população e do turista
Estrangulamento das áreas verdes da cidade – construção desordenada	Perda do patrimônio ambiental do município, com prejuízos à flora e fauna locais
Ocupação das áreas de encostas e morros	Problemas de erosão devido à perda da cobertura vegetal e deslizamentos de terra
Desmatamento das áreas verdes e de preservação ambiental	Sérios problemas ecológicos no bioma, climáticos e perda de animais e plantas
Poluição do ar, sonora e visual	Aumento dos problemas de saúde, especialmente nas crianças (bronquite, asma) Perda da qualidade de vida

Fonte: adaptado de OLIVEIRA PUPPIM in BARBOSA & ZOUAIN (2004).

Além dos impactos urbano-ambientais, uma série de outros efeitos pode ser gerada por causa da prática do turismo em áreas naturais, como o ecoturismo. Entretanto, um dos principais efeitos positivos de um turismo praticado de forma sustentável é a criação e conservação de áreas naturais. Uma vez criadas, essas áreas passam a ter uma série de restrições quanto ao desenvolvimento de atividades econômicas e ao uso e ocupação do solo, em menor ou maior grau.

Como o turismo ecológico depende da qualidade do meio ambiente para ocorrer, a criação de áreas de conservação é uma condição fundamental para continuidade deste tipo de turismo.

Em algumas regiões do Brasil, em especial no Norte e Centro-Oeste, os grandes proprietários de fazendas estão começando a perceber a importância de ter seu patrimônio natural preservado e, mais do que isso, de que é seu dever preservar tais áreas para as próximas gerações. Em função disso, muitas áreas de preservação têm sido criadas e uma parte significativa dos biomas do Pantanal e da Amazônia começam a ser mais preservados. Essas fazendas passam a ganhar não mais com o desmatamento, a venda das madeiras, a formação de pastos para o gado e a caça de espécies nativas, e sim com o ecoturismo.

Um outro impacto positivo do ecoturismo é o aumento da consciência da comunidade, dos guias de turismo e dos próprios turistas quanto à conservação dos recursos naturais. A tabela da página seguinte apresenta os principais efeitos criados a partir da prática do turismo em áreas naturais:



Os impactos ambientais gerados pela atividade turística podem existir tanto na cidade (poluição do ar e das águas, construção desordenada, etc.) quanto em áreas naturais (erosão, desmatamento, perda da fauna e flora locais, acúmulo de lixo, etc.). Os impactos nas áreas naturais são provenientes da prática do ecoturismo.

Principais efeitos ambientais do turismo em áreas naturais	
Atrativos e uso inadequado	Impactos ambientais
Manguezais - construções ilegais de casas e visitas aos mangues, com pisoteio e banhos de lama	Poluição das águas e do mangue, depósito irregular de lixo e pisoteio excessivo. Por ser importante área de reprodução e berçário de espécies aquáticas, traz enormes prejuízos à fauna e flora locais.
Dunas e praias - coleta da areia, construções e aterros irregulares, saneamento inadequado, depósito de lixo, bugues em dunas fixas	Problemas de erosão, especialmente nas dunas fixas, perda da beleza cênica, poluição das águas e acúmulo de lixo nas dunas.
Recifes de corais – pisoteio excessivo e depósito de lixo	Os recifes demoram milhares de anos para se formar e são <i>habitat</i> natural de várias espécies. O pisoteio excessivo e o depósito de lixo causam prejuízos por vezes irreversíveis aos recifes. Em Porto de Galinhas (PE) e na Costa do Descobrimento (BA), algumas medidas foram tomadas para regular a visitação.
Cachoeiras, lagos, lagoas e rios - depósitos de lixo, poluição das águas	Acúmulo de lixo pela falta de coleta; construções irregulares despejando esgoto <i>in natura</i> nos rios, lagos e lagoas.
Cânions e rochas - pichação e depredação	Pichação e depredação nas rochas milenares dos parques e nas chapadas brasileiras.
Rios – pesca esportiva inadequada	Diminuição da quantidade de peixes, chegando à ameaça de extinção de alguns, prejuízo à pesca tradicional e à sobrevivência das populações ribeirinhas.
Trilhas – poluição sonora, lixo, pisoteio excessivo, erosão, incêndios, destruição da mata nativa	Abertura de trilhas sem os devidos cuidados gera erosão e destruição da mata nativa. O uso excessivo traz prejuízos à fauna local, que foge com a poluição sonora. Depósitos de lixo, inclusive de bitucas de cigarro, podem gerar incêndios na mata.

Dessa forma, é possível perceber que os recursos naturais são parte importantíssima no alcance do turismo sustentável. Os impactos provenientes de um turismo “predatório”, sem a conscientização dos turistas e da comunidade, podem ser muito ruins. Por outro lado, quando o turismo ocorre sob bases sustentáveis, pode melhorar em muito a qualidade ambiental e de vida da população local.

Atividades

- 1) Em sua opinião e com base nos conceitos apreendidos, por que a preservação do meio ambiente é importante para a sociedade e para o turismo?
- 2) Procure descobrir qual é o destino do lixo e do esgoto de sua cidade e se há programas de reciclagem ou tratamento dos efluentes. Em sua opinião, o lixo e o esgoto são um problema para o local?
- 3) Pense nos atrativos naturais de seu município e na forma como são utilizados pela comunidade e pelos turistas. Você consegue identificar alguns dos impactos ambientais relatados no texto? Quais?
- 4) Visita monitorada pelo professor a pontos da cidade para exemplificar alguns dos impactos socioambientais retratados no texto, fazendo um diagnóstico situacional (identificação dos principais pontos positivos e negativos em relação ao desenvolvimento do turismo quanto ao meio ambiente). Caso não identifiquem muitos impactos, discutam o que poderia ser feito para que os recursos continuem preservados.



Texto complementar e atividades

Texto retirado de Dias (2002), p. 118, e adaptado da Folha de S. Paulo, Caderno de Turismo, de 12 de março de 2001, sob o título “Ponta Grossa quer Turismo Light”. Leia atentamente o texto “Turismo controlado em pequena localidade” e perceba a importância do envolvimento da comunidade na questão do desenvolvimento turístico. Discuta em classe quais foram as ações da comunidade para minimizar os impactos socioculturais, econômicos e ambientais em sua vila.

Turismo controlado em pequena localidade

Ainda não é coisa do passado aquela aldeia de pescadores quase imaculada dos vícios da sociedade moderna e que parece existir apenas nas novelas.

A cerca de 190 km de Fortaleza, a praia de Ponta Grossa, no município de Icapuí, mantém intacta sua beleza de falésias e rochas cor-de-fogo e ainda conserva uma população ingênua e ao mesmo tempo preocupada com a manutenção de sua identidade.

Os moradores afirmam categoricamente que não querem seguir o exemplo da vizinha Canoa Quebrada, que sucumbiu ao turismo de massa e aos vícios da sociedade moderna, com sua música altíssima, seu trânsito incessante de bugues e caminhões, sua ocupação desordenada: “Os moradores de Canoa venderam a preço de banana suas terras aos gringos. A gente não cai nessa, não”, comenta um habitante de Ponta Grossa. Ele se refere aos estrangeiros que um dia se apaixonaram por Canoa Quebrada e ali construíram pousadas, restaurantes e bares, “empurrando” os moradores para áreas afastadas da praia.

Com os prós e os contras que o turismo pode trazer a Ponta Grossa, a população, de cerca de 180 habitantes, tem alguns cuidados para manter seus direitos e a natureza protegida. Segundo a prefeitura de Icapuí, a comunidade tem um pacto que não permite a venda de suas terras a pessoas estranhas ao povoado.

Também segundo a prefeitura, outros três pontos resguardam a região: 70% da área pertence a uma APA (Área de Proteção Ambiental), o local tem um projeto de desenvolvimento sustentável e há um conselho de turismo no município, com representantes de todas as praias que abrangem os 67 km de seu litoral. Esse conselho discute os projetos relativos ao turismo e tem o poder de barrar propostas de empresários interessados em construir “megaresorts” e parques em Ponta Grossa.

Outro detalhe é que no povoado só é permitida a existência de pousadas domiciliares. Tanto que ali só há um meio de hospedagem, com três quartos. Os bugues que visitam o povoado, vindos de outros lugares, são obrigados pela comunidade a abaixarem o som ao chegarem ali. Os veículos também são proibidos de subir nas dunas próximas a Ponta Grossa, atualmente delimitadas por uma cerca de arame farpado. Para saber mais sobre este assunto, consulte: www.brasilcidadeao.org.br/noticias/index.asp.



O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Nesse tema, entenderemos o conceito de desenvolvimento sustentável. Também abordaremos brevemente o modo como o turismo pode ser desenvolvido de forma mais sustentável, a partir do entendimento do papel do Estado e da sociedade civil nesse processo.

Desenvolvimento sustentável

O termo desenvolvimento sustentável surge a partir das discussões mundiais sobre o mau uso dos recursos naturais. Crescem, ao longo dos anos 1970 e 1980, os movimentos ambientalistas, a consciência da necessidade de preservar o meio ambiente e a importância do bem-estar social. A noção de desenvolvimento passa a estar muito relacionada à sustentabilidade: só há desenvolvimento se houver uma melhora efetiva da qualidade de vida do homem.

COMO PODERÍAMOS DEFINIR SUSTENTABILIDADE?

De forma simples, poderíamos dizer que se trata dos produtores e consumidores utilizando os recursos sem prejuízos aos demais seres humanos, no presente e para as próximas gerações. Isso significa adotar uma visão de longo prazo e usar de maneira racional e responsável os recursos disponíveis, sejam eles humanos ou ambientais.

Não percebemos que, no simples ato de jogar um papel de bala pela janela de um ônibus ou uma bituca de cigarro na praia, estamos ferindo o princípio da sustentabilidade, pois estes atos estarão prejudicando o próximo a usar a rua ou a praia.

Para que a sustentabilidade aconteça, é preciso que o processo de desenvolvimento contemple as diversas esferas da sociedade: a econômica, a ambiental, a social e a cultural.

A esfera econômica se refere à geração de empregos e renda para os trabalhadores. Isso significa que, em nome do meio ambiente ou da preservação cultural, não podemos eliminar toda e qualquer atividade econômica, pois as pessoas precisam trabalhar e ter renda para se sustentar.

A esfera ambiental parece muito clara no conceito de sustentabilidade, pois as empresas precisam considerar o custo social que geram ao degradar o meio ambiente. Se uma grande indústria de aço polui um rio, às margens do qual está instalada, prejudicará o abastecimento de água de todas as cidades adjacentes, bem como os pescadores que vivem do que extraem do rio. Há um enorme custo social causado pela poluição, pois, para despoluir e reconstituir a flora e fauna locais, é preciso muito dinheiro, tempo e, às vezes, os efeitos podem ser irreversíveis.

As esferas sociais e culturais dizem respeito à própria qualidade de vida da sociedade e aos hábitos e costumes tradicionais. Construir um grande *resort* em uma praia, expulsando a comunidade local da beira-mar, gera grandes impactos sociais e culturais, pois ela perderá seu sustento e seu modo de vida tradicional. Porém, se o empreendimento se preocupar em manter a vila de pescadores em seu estado original, comprando deles os peixes para servir aos seus hóspedes e mantendo-os em suas ocupações tradicionais, já estamos falando de incluir nestas esferas a noção de sustentabilidade.

Portanto, em face de todos os impactos gerados pelo turismo, poderíamos definir o turismo sustentável como:

TURISMO SUSTENTÁVEL

Aquele que é desenvolvido e mantido em uma área (comunidade, ambiente) de maneira e em uma escala que se mantenha viável pelo maior tempo possível, não degradando ou alterando o meio ambiente (natural ou cultural), não interferindo no desenvolvimento de outras atividades e processos, não degradando a qualidade de vida da população envolvida, mas, pelo contrário, servindo de base para uma diversificação da economia local. (Wall, 1997 apud Kinker, 2002).



Portanto, o turismo sustentável pode ser aplicado a qualquer tipo de turismo; é um desafio a ser perseguido por todas as comunidades e destinos turísticos. É importante fazer esta distinção, pois muitos confundem este tipo de turismo com aqueles desenvolvidos no meio ambiente natural, como o ecoturismo.

O turismo no meio ambiente natural é praticado há muitas décadas e seu único pré-requisito é ocorrer no meio ambiente natural, sem englobar aspectos de preservação ou sustentabilidade. Já o ecoturismo, em suas definições mais recentes, apresenta três fatores importantes: conservação do ambiente visitado, seja ele natural ou cultural; conscientização ambiental do turista e da comunidade receptora e o desenvolvimento local e regional integrado. Portanto, no ecoturismo, incorporam-se, efetivamente, os princípios do desenvolvimento sustentável e o aspecto educacional.

TURISMO SUSTENTÁVEL ≠ ECOTURISMO

Turismo sustentável tem como princípio a preservação dos recursos e pode ser desenvolvido na cidade, no campo, em qualquer lugar e é válido para todos os tipos de turismo, Ecoturismo é aquele que acontece somente no meio ambiente natural.

Entretanto, infelizmente, a prática do ecoturismo no Brasil, em muitos municípios, é hoje uma grande causadora de impactos sócioambientais porque o esporte vem sendo praticado em grande escala, com muitos visitantes e sem a preocupação de beneficiar as comunidades locais. Além disso, os atrativos estão sendo degradados.

Muitos municípios têm tentado construir um ecoturismo mais sustentável. Em Fernando de Noronha (PE), por exemplo, há restrições para o número de visitantes dos atrativos. Outros destinos, como Bonito (MS), também procuram estabelecer regras para a preservação, embora sofram com a grande quantidade de turistas que os visitam.

A sustentabilidade se apresenta, dessa forma, como um desafio tanto para as autoridades como para a iniciativa privada e, principalmente, para a comunidade que, normalmente, é a mais prejudicada. Esse desafio se torna ainda mais marcante quando consideramos a dinâmica da atividade e a dificuldade em responder a tempo às demandas do crescimento econômico por parte dos órgãos públicos.

Atividades

- 1) Por que é importante praticar o turismo sustentável?
- 2) Procure debater com seus colegas de classe o que seria o turismo sustentável na sua cidade. O que pode ser melhorado?
- 3) A partir do diagnóstico situacional socioeconômico, cultural e ambiental realizado nas atividades anteriores, tente estabelecer, em um debate em classe, um ideal para o turismo sustentável no município, estipulando o que se deve buscar e evitar no desenvolvimento da atividade. Identificar também como as empresas e os trabalhadores do setor se comportam e o que pensam sobre o turismo sustentável.

O planejamento turístico como ferramenta para a sustentabilidade

Quando pensamos na palavra planejamento, o que nos vem à cabeça? O planejamento está ligado às tarefas mais básicas que realizamos no nosso cotidiano. Quando sabemos que, no dia seguinte, teremos que ir à escola, almoçar, ajudar nosso pai a consertar o chuveiro de casa, terminar um trabalho do colégio, naturalmente nos planejamos para conseguir realizar todas essas tarefas.

O ato de planejar requer que estabeleçamos uma meta e tracemos um caminho para atingi-la. Não só as pessoas, mas também as empresas e os governos precisam se planejar.

O mesmo acontece com o desenvolvimento do turismo em uma cidade ou país. O planejamento é uma ferramenta que possuímos para estabelecer o que queremos conquistar com a atividade turística e traçarmos ações, prazos e planos para atingir os resultados. Mas ele deve ser desenvolvido e implantado sob o comando da esfera pública, em uma colaboração com a comunidade local e a iniciativa privada. Isso porque somente o poder público pode estabelecer leis e regras que se apliquem a todos.

O Estado tem alguns deveres no turismo, dentre os quais estabelecer e zelar pelas regras, normais e leis estabelecidas junto à infra-estrutura turística; garantir a proteção e conservação do patrimônio ambiental e cultural; garantir o bem-estar e benefícios à comunidade receptora e criar condições para que os serviços e

equipamentos turísticos tenham a qualidade desejada pelo turista (RUSCHMANN, 1997). E a maneira pela qual os governos garantem tais condições é pelo planejamento, estabelecendo metas, objetivos, prioridades e ações por meio da elaboração de planos e também de políticas públicas, que podem ser definidas como todas as decisões e ações que os governos empreendem para o setor.

No Brasil, por termos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – temos também três níveis de planejamento turístico, um para cada esfera. Além desses, também é possível desenvolver o planejamento regional, criando os chamados “pólos turísticos”, que envolvem vários municípios.

No nível nacional, elabora-se o Plano ou Política Nacional de Turismo, contendo todas as metas e áreas em que o governo estará atuando. Nos níveis estadual e municipal, o principal instrumento de planejamento é o *Plano de Desenvolvimento* ou *Plano Diretor de Turismo*. Mas é especificamente no nível municipal ou local que os efeitos do desenvolvimento turístico se fazem sentir com mais força. Por isso, o *Estatuto da Cidade*, elaborado recentemente, determina que os municípios turísticos acima de 20 mil habitantes sejam obrigados a desenvolver seu Plano Diretor de Turismo, de maneira a minimizar os efeitos negativos da atividade e potencializar seus benefícios.

Assim, o planejamento turístico é de fundamental importância para estabelecer as bases do desenvolvimento turístico no destino. É graças ao Plano Diretor do Turismo que se estabelecem as políticas públicas para o setor. As diretrizes definidas procuram combater e evitar todos os impactos estudados anteriormente. É a partir dele que devem se originar todos os programas e leis que ajuda a amenizar os efeitos negativos e potencializar os efeitos positivos do turismo.

São exemplos de normas para amenizar os efeitos negativos do turismo:

- Limitar o tamanho das construções à beira-mar e estabelecer normas para evitar a especulação imobiliária, como a limitação da venda de terrenos a pessoas de fora da cidade;
- Limitar e ordenar o uso dos atrativos turísticos, estabelecendo o número máximo de visitantes por dia;
- Ações de melhoria da infra-estrutura urbana, como sinalização turística, ampliação das vias que dão acesso aos atrativos e à circulação nos centros comerciais, limites para a circulação de carros em determinadas ruas, etc.;
- Padronização arquitetônica das construções, especialmente em centros históricos.

Para incentivar o crescimento do turismo, o governo pode fornecer incentivos fiscais aos novos empreendimentos, bem como oferecer programas de qualificação de mão-de-obra, conscientização turística e ambiental.

Entretanto, ainda são poucos os municípios brasileiros que dispõem de um Plano Diretor de Turismo e muitas cidades encontram dificuldades na sua implantação, por falta de recursos ou equipe qualificada.

É importante mencionar que o planejamento municipal deve contemplar não só o seu território, mas também o entorno. Pode-se tomar como exemplo o caso da região amazônica, que abrange vários estados e diversas cidades.

Com o passar dos anos, especialmente no Brasil, tem-se identificado ser de suma importância que as organizações não-governamentais, os líderes comunitários, as diversas associações de classe e bairro, a sociedade civil de maneira geral e a iniciativa privada discutam propostas que sejam benéficas para todos e ajudem no processo de planejamento.

Portanto, para o desenvolvimento do turismo sustentável, é preciso que haja a formação de diversos tipos de parceria: entre as organizações direta e indiretamente envolvidas na organização da atividade; entre estas e as demais organizações atuantes no local; entre iniciativa privada, governo e sociedade civil.

O Plano Diretor do Turismo é um dos principais instrumentos para criar um turismo sustentável. Todos os municípios que desejam desenvolver o turismo devem elaborá-lo e implantá-lo com a ajuda da comunidade, organizações não-governamentais e iniciativa privada.

Atividades

- 1) O que você acha da participação comunitária no processo de planejamento? Faça alguns comentários.
- 2) Se existir algum espaço público de debates sobre a atividade turística em sua cidade, sobre aspectos da preservação ambiental e cultural, vá a uma das reuniões e veja como se desenvolvem as discussões e o processo de construção de consensos. Faça um relatório e apresente à classe suas principais conclusões sobre o processo participativo que vivenciou.



Mecanismos para a sustentabilidade

A própria noção de sustentabilidade envolve uma amplitude difícil de dar conta. Sabe-se que o turismo sustentável deve incluir as lógicas econômica, ambiental, social e cultural. Sabe-se também que, para ser implantado o princípio de sustentabilidade, todos devem se unir e agir de forma cooperativa. De nada adianta a prefeitura implantar um programa para despoluir os rios que cortam o município, se a população continuar jogando lixo.

Assim, um turismo sustentável só se constrói a partir de uma ampla perspectiva participativa. Algumas ações partirão da própria comunidade, como a organização de cooperativas para a produção de artesanato; outras da iniciativa privada, como o programa de certificação de empreendimentos ecologicamente corretos e muitas partirão da prefeitura, como visto no item anterior.

A prefeitura de Blumenau (SC), por exemplo, criou um extenso programa de preservação ambiental: quase 11% do município foi transformado em áreas de conservação. Aliaram-se a ele atividades de pesquisa e uma política de lazer urbano para a população local. E ainda, toda a rede municipal de ensino passou a estudar a disciplina de Educação Ambiental.

Para a sustentabilidade, todos devem ceder um pouco e ganhar menos no presente para um maior ganho coletivo no futuro.

Podemos enumerar algumas soluções que têm sido adotadas para o desenvolvimento sustentável:

- **Parcerias:** a iniciativa privada ajuda na preservação do meio ambiente, denunciando casos de desmatamento, tráfico de espécies selvagens e caça ilegal, enquanto as autoridades públicas procuram agir rapidamente e coibir essas ações. Ao mesmo tempo, os empreendimentos têm procurado beneficiar comunidades rurais ou isoladas da cidade, provendo educação e saúde, serviços que seriam de atribuição das prefeituras. Essas parcerias fazem com que o meio ambiente seja preservado e as comunidades, beneficiadas.
- **Envolvimento da comunidade:** em municípios onde a comunidade se une ao poder público para gerir os impactos da atividade turística, os efeitos rapidamente se fazem sentir. Alguns agentes comunitários servem como importantes elos em programas de combate ao uso de drogas, à exploração sexual e ao aumento da criminalidade. Além disso, alguns programas da prefeitura, como os de qualificação profissional e combate ao desemprego, podem melhorar muito com a contribuição da comunidade, pois ela conhece a realidade melhor do que ninguém.
- **Educação ambiental e de conscientização para o turismo:** a educação ambiental é muito importante para turistas, residentes, jovens e crianças. Um maior grau de conscientização da comunidade e dos empresários locais evita uma série de práticas já mencionadas – desmatamentos, depósito de lixo, importação de produtos e mão-de-obra, etc. Da mesma forma, campanhas de conscientização para turistas são muito comuns nas praias, nos parques nacionais e nos municípios ecoturísticos. A distribuição de saquinhos de lixo, folhetos e a conversa com monitores são práticas que têm retorno.
- **Todos juntos no controle do meio ambiente:** a parceria entre a comunidade, prefeitura e iniciativa privada é muito importante no controle ao desmatamento, à caça e à destruição do meio ambiente. É importante trabalhar coletivamente e criar um sistema de informações para conseguir identificar as ações predatórias.
- **Novas formas para a produção dos serviços turísticos:** a estruturação de redes de pequenos produtores, muito comuns no turismo rural, e o estabelecimento de cooperativas agrícolas, de artesanato, manufaturas e mão-de-obra é muito eficaz no combate ao desemprego e à desigualdade de renda. Criam-se vínculos e compromissos efetivos com o desenvolvimento local, e a renda gerada permanece na própria cidade e vai direto para o trabalhador.

Provavelmente, neste exato momento, novas idéias, parcerias e projetos estão acontecendo para viabilizar um turismo melhor para todos. Entretanto, educar e ser educado para o turismo é uma importante ferramenta para a conquista de novos horizontes, enxergar mais longe e ir além do esperado. Portanto, o lema é: **estudar e juntar as mãos para construir um futuro melhor!**

Atividades

- 1) Comente e dê a sua opinião sobre algumas das soluções para o turismo sustentável.
- 2) Desenvolva a mesma atividade sobre o texto a seguir, levando em conta que algumas das soluções para o turismo sustentável envolvem a educação ambiental.

Texto Complementar

Eco-vídeo Biblioteca leva Educação Ambiental a mais de 150 mil estudantes

Criado em agosto de 2003, o *Projeto Eco-Vídeo Biblioteca* nasceu para levar informações e desenvolver ações voltadas para a conscientização e a educação ambiental dos goianos, principalmente de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas e privadas da capital e do interior. Pouco mais de um ano após seu lançamento, o projeto já chegou a cerca de 25 municípios e atendeu a aproximadamente 150 mil pessoas.

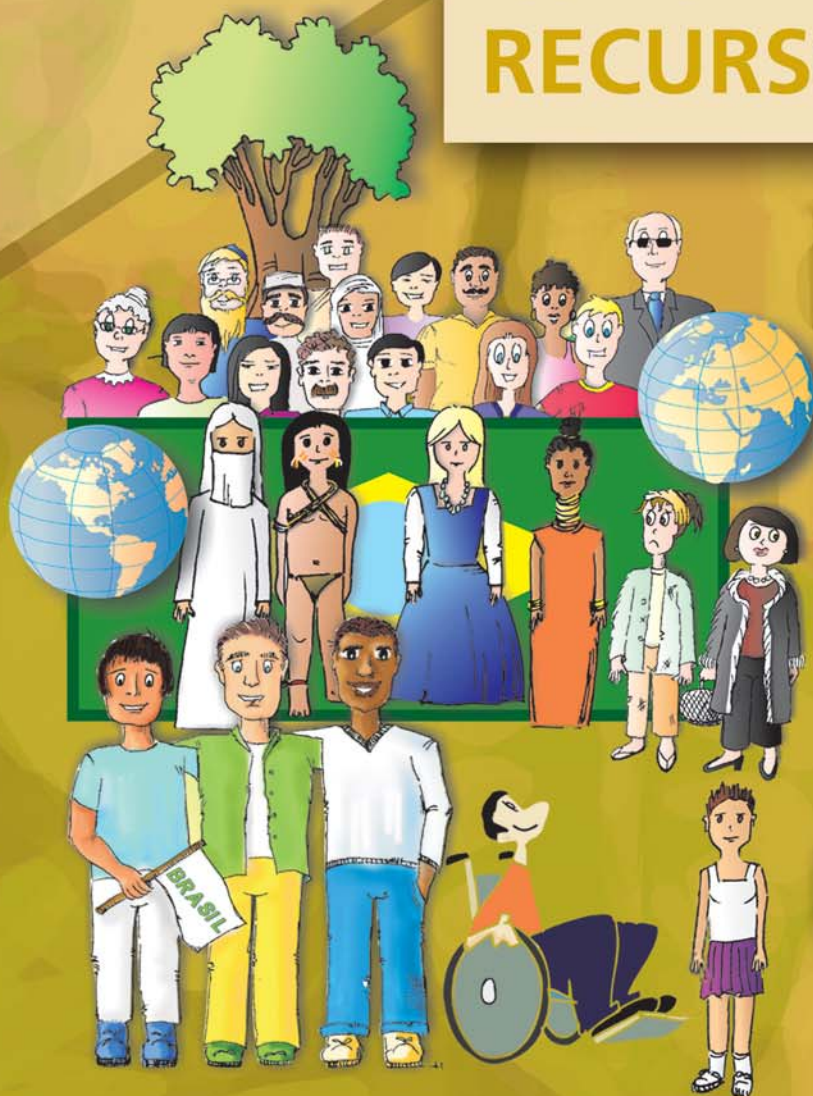
Na Eco-Vídeo Biblioteca, o público tem acesso a um acervo de 450 livros e várias fitas de vídeo sobre meio ambiente. A partir das próximas edições do projeto, os visitantes também terão acesso a cartilhas sobre direitos do consumidor, Código de Posturas de seus municípios e um resumo da legislação ambiental, incluindo as leis florestais, de pesca e de crimes ambientais. Com esse reforço, segundo o presidente da Agência Ambiental, o órgão pretende contribuir para a formação não apenas de defensores do meio ambiente, mas de cidadãos cientes de seus direitos.

A Eco-Vídeo Biblioteca adota uma metodologia dinâmica, que procura não só repassar informações à comunidade, mas envolvê-la nesse processo de aprendizagem e de conscientização. Um dos instrumentos usados é a instalação da Eco-Vídeo Biblioteca em um circo, onde não faltam brincadeiras com a participação de palhaços, malabaristas e outros artistas circenses. O trabalho de educação ambiental continua após o encerramento da edição do projeto no município. É que antes de deixar cada cidade, a Agência Ambiental repassa às prefeituras e escolas, kits com livros e fitas de vídeo. O objetivo é fomentar a instalação de bibliotecas ecológicas nos municípios atendidos e garantir a seqüência do trabalho de educação ambiental.

Texto adaptado de www.agenciaambiental.go.gov.br, em 2004.

Módulo III

CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS



Autor: Wellington Tibério



CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E TURISMO

“A queda da qualidade de vida nas grandes cidades, provocada pela superpopulação, poluição sonora, visual, do ar e das águas, congestionamentos e violência, além das pressões e da rotina do cotidiano, estressam os cidadãos de tal forma que, nas férias e nos feriados, buscam o descanso no contato com o verde e a natureza, geralmente longe dos centros urbanos. Essa necessidade torna-se cada vez maior, e o aumento do número de pessoas que viajam em ‘busca do verde’ faz com que, ironicamente, passem a agredir e deteriorar ambientes alheios”.⁸

Essa contraditória situação além de constituir mais uma forma de destruição do meio ambiente natural, já agredido de várias outras maneiras, tende a inviabilizar a prática do turismo em determinadas áreas, que fica com a sua força atrativa comprometida. Para reverter essa situação é necessária uma crescente preocupação com a qualidade dos recursos naturais, tanto pelos profissionais do turismo quanto pelos próprios turistas e comunidades receptoras.

“Já em 1977, Jost Krippendorf alertava para os riscos do turismo em ambientes naturais, denominando os turistas de ‘devoradores de paisagens’ que, através da massificação da atividade, destroem as bases da sua razão de ser – o convívio com a natureza”.⁹

Diante dessa situação, é necessário promover a compreensão de que o meio ambiente constitui-se na “matéria-prima” do turismo e que, portanto, a atratividade de uma destinação está diretamente ligada à qualidade desse meio ambiente.



RECURSOS NATURAIS

O que são recursos naturais?

A palavra “recurso” pode ser encontrada nos dicionários com os seguintes significados: o meio que permite conseguir o que se pretende; ao que se recorre em caso de necessidade; o meio adequado para se chegar a um determinado fim; ou bens, riquezas ou outras coisas que se podem utilizar para fazer algo.

Já para os “recursos naturais”, podemos encontrar diversas definições:

“São aquelas riquezas que se encontram em estado natural para serem utilizadas em benefício da humanidade”.¹⁰

“São os bens da natureza sobre os quais exercemos uma influência direta, já que os utilizamos no nosso dia-a-dia. São os bens que nos servem por toda a nossa vida como fonte de nosso sustento, como recursos para a vida. São a herança que a Terra nos confiou...”.¹¹

Apesar de algumas variações, a idéia da utilização humana é a base de todas as definições do que são os recursos naturais. Portanto, por recursos naturais se entende tudo aquilo que existe na natureza e que o ser humano utiliza tanto para sua subsistência quanto para o seu bem-estar. Assim, o ar, a água, o solo, a energia solar, a vegetação, os minerais, a fauna, entre muitos outros bens da natureza, são recursos naturais, por proporcionarem aos seres humanos tudo o que precisam para a satisfação de suas necessidades, sejam básicas sejam até mesmo supérfluas.

⁸ RUSCHMANN, Doris. Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental, in: *Turismo em Análise*. São Paulo, v.3, n.1, p.42-50, maio. 1992, p. 42.

⁹ Idem, p. 43.

¹⁰ ROA, Jesus Gutiérrez. *Recursos naturales y turismo*. México: Limusa, 1986, p. 1

¹¹ Idem, p. 12.



Um dos usos fundamentais dos recursos naturais é a produção de abrigos. Imagine o volume de recursos naturais empregados na produção de uma cidade. São pontes, ruas, avenidas, calçadas, casas, prédios, escolas e indústrias, para citar alguns exemplos de construções humanas que usam água, cimento, brita, ferro, vidro, madeira, entre uma grande quantidade de outros materiais extraídos da natureza.¹²

Os recursos naturais também são utilizados, por exemplo, na produção de tecidos, como a seda, o linho, o algodão e até mesmo tecidos sintéticos como o náilon e o poliéster, fabricados a partir de derivados do petróleo.

A sociedade em que vivemos alcançou, principalmente a partir da revolução industrial, uma enorme capacidade de transformação da natureza em bens utilizáveis pelos seres humanos.

A evolução do conhecimento tecnológico transforma o uso dos recursos naturais. Durante séculos, algo existente na natureza pode não ser aproveitado pelos seres humanos; porém, a partir de uma certa invenção, pode passar a ter enorme importância para o funcionamento das atividades econômicas.

Um exemplo foi o petróleo: até o surgimento do motor a combustão interna, no final do século XIX, o petróleo era utilizado para outros fins; alguns povos indígenas utilizavam-no para ornamentar a face em festividades ou na guerra. Atualmente, é um dos mais importantes recursos naturais, gerando cobiça e disputa em escala internacional. Casos como esse mostram que um recurso natural é sempre definido pela capacidade técnica dos seres humanos em explorá-lo.¹³

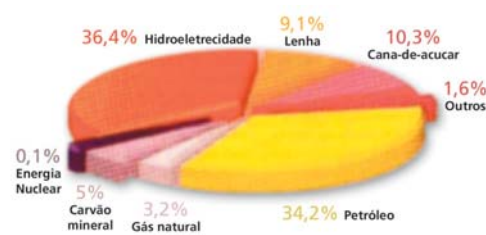
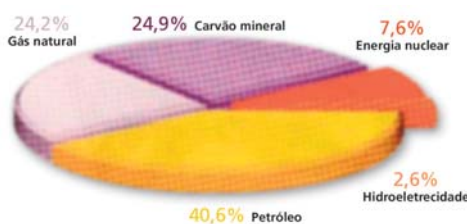


Plataforma de exploração de petróleo em águas profundas

Fonte: Ciência Hoje/RJ, dezembro/2000

Se prestarmos bem atenção, os recursos naturais estão presentes em tudo o que nos rodeia, fazem parte do nosso dia-a-dia, da alimentação ao transporte, da lâmpada à energia que a acende. Bens como automóvel, televisão, geladeira, bicicleta, computador, livro, avião, mesa, sofá, entre outros, são produzidos por meio da transformação de elementos encontrados na natureza como minério de ferro, bauxita (a partir do qual se produz o alumínio), zinco, cobre, entre outros minérios, bem como látex (extraído da seringueira para a produção de borracha), celulose (extraída de madeira para produção de papel), diversos vegetais, madeira, etc.

Toda a energia que utilizamos também deriva dos recursos naturais pela apropriação e transformação da energia existente na natureza. O petróleo e o álcool para os transportes; a lenha e o gás para cozinhar e até mesmo a energia elétrica, produzida a partir da força das águas (hidrelétricas); da queima de combustíveis fósseis (termelétricas) e da fissão do urânio (nuclear) são os principais exemplos da apropriação de energia da natureza realizada pelos seres humanos.



Fonte: Ciência Hoje/RJ, dezembro/2000

Matrizes energéticas mundiais (esquerda) e brasileiras (direita)

¹² KRAJEWSKI, Ângela Corrêa; GUIMARÃES, Raul Borges; RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia: pesquisa e ação*. São Paulo: Moderna, 2003.

¹³ Idem ref. 12.

Atividades

- 1) Divididos em pequenos grupos, fazer um levantamento dos recursos naturais presentes no local onde estão tendo aula (prestar atenção aos objetos que estão à sua volta e tentar identificar a origem do material utilizado);
- 2) Montar um painel (desenho, colagem etc) relacionando os objetos identificados com os recursos naturais de origem;
- 3) Apresentar o levantamento realizado para os demais grupos.
(sugestão: fazer uma exposição dos painéis)

Recursos naturais renováveis e não-renováveis

Como vimos, os recursos naturais constituem-se em uma grande quantidade de bens naturais apropriados pelo ser humano para as mais diversas finalidades. Esses bens naturais, no entanto, podem ser divididos em dois grandes grupos de acordo com o seu processo natural de reposição e, conseqüentemente, com a disponibilidade desses recursos na natureza.

Recursos naturais não-renováveis

O grupo de recursos naturais não-renováveis é o que possui estoques fixos, o que significa não serem repostos pela natureza ou cujos processos de reposição são extremamente lentos. Ao serem explorados pelos seres humanos, não se renovam. Isso significa que, depois de um certo período de exploração, terão suas reservas esgotadas.

Essa é a característica, por exemplo, dos recursos minerais metálicos como cobre, ouro, estanho, chumbo, cromo, prata, entre outros, e também dos recursos minerais de origem orgânica (fóssil) como o petróleo, o carvão, o xisto, etc.

Devido a essa característica, tais recursos mereceriam um certo cuidado na sua exploração, pois o seu esgotamento pode trazer graves conseqüências à sociedade moderna. Mas, infelizmente, não é isso o que vem acontecendo, pois o modo de produção de mercadorias, em ritmo acelerado, impõe uma forma de exploração desses recursos, identificada por muitos como predatória e irracional.

A situação pode vir a ser tão crítica, que alguns especialistas no assunto indicam a possibilidade da ocorrência de conflitos armados para a obtenção de determinados recursos não-renováveis.

O petróleo foi a mais importante fonte de energia no mundo no século 20. Os cerca de 72 milhões de barris produzidos diariamente respondem por 40,6% da demanda mundial de energia. Se acrescentarmos a essa conta o gás natural (outro combustível de origem fóssil), a porcentagem ultrapassa 60%. No Brasil, o chamado ouro negro representa 34,2% da matriz energética.

Apesar dessa grande importância apontada pelos números, é bem possível que esteja próximo o esgotamento desse recurso, anunciado para daqui a 40 anos.

Um provável substituto para o petróleo enquanto fonte de energia já vem sendo o gás natural, porém esse recurso não o substitui em várias outras aplicações atuais. Apesar da previsão de esgotamento, o petróleo vem assumindo uma importância cada vez maior na vida das pessoas. Do lençol de fibra sintética aos combustíveis, do plástico da escova de dente ao chiclete, ele se faz presente no dia-dia em diversos momentos.

Fonte: Renata Ramalho, *Ciência Hoje/RJ*, dezembro/2000.

Recursos naturais renováveis

Outro grande grupo de recursos naturais é identificado por não possuir estoques fixos, o que significa que podem ser repostos pelos processos naturais ou que o uso não interfere no seu processo de produção pela natureza. Esse grupo é conhecido como o dos recursos naturais renováveis. Ao serem explorados pelo ser humano, possuem a capacidade de serem renovados, significando que o seu uso adequado viabiliza a sua constante reprodução.

Formado, por exemplo, pelos recursos provenientes da flora (recursos vegetais) e da fauna apropriada para uso humano. Nesses dois casos, o uso pautado pelo respeito aos limites da natureza, como o não empobrecimento do solo por meio do desmatamento ou da monocultura e o cuidado com os ciclos de reprodução dos animais, faz com que os estoques de recursos não sejam esgotados, pois mantêm a capacidade de reposição pela própria natureza.

Uma forma de lidar com esses recursos de maneira sustentável é o que conhecemos como *manejo*, uma estratégia de exploração de recursos naturais que permite a sua constante renovação e impede a sua destruição.

Atualmente, devido aos avanços da ciência na área da biotecnologia e da engenharia genética, abre-se um novo e polêmico campo no que se refere aos recursos naturais renováveis como a fauna e a flora.



A manipulação genética de todo o tipo de vida pode trazer soluções para problemas a respeito da reposição da base material para a produção de bens de que necessitamos, como alimentos e medicamentos. Porém, segundo alguns especialistas, os organismos geneticamente modificados (transgênicos), ou seja, alterados pela incorporação de genes de outras espécies, podem causar problemas à saúde humana, bem como a degradação de áreas naturais.

Transgênicos são organismos geneticamente modificados em processos laboratoriais, principalmente por meio da engenharia genética, onde se introduzem genes de outras formas de vida (fungos, bactérias, vegetais) em determinada espécie animal, vegetal e outras, criando assim uma “nova espécie” não encontrada na natureza. Não existe certeza científica quanto às conseqüências alimentares e ambientais decorrentes da utilização dos transgênicos na agricultura, como produto de consumo, e no meio ambiente, como espécie estranha à natureza.

Fonte: http://www.biopirataria.org/definicao_transgenicos.php

Além desses recursos naturais renováveis, delimitados pelos organismos vivos, também merecem destaque as formas de produção de energia que utilizam a própria dinâmica da natureza como recurso, sendo assim consideradas renováveis.

Os elementos da natureza utilizados para a produção desse tipo de energia são: a luz solar, o vento, a água dos rios, o calor do interior da Terra, a biomassa, o movimento das marés, entre outros.

A chamada “energia solar” consiste tanto em aproveitar diretamente o calor emitido pelo sol para aquecer água, quanto para produzir energia elétrica por meio de placas fotovoltaicas.



A Terra recebe do Sol, por dia, mais energia que a necessária para suprir a demanda de seus habitantes por um ano.

A energia eólica corresponde ao deslocamento de massas de ar conhecidas como vento, a qual pode ser aproveitada para movimentar grandes cata-ventos (hélices) que, por sua vez, produzem energia elétrica.



Turbinas geradoras de energia eólica

O calor do interior da Terra é conhecido como energia geotérmica, a qual, em alguns locais, lança jatos de vapor d’água para a superfície, o que também pode ser utilizado para a produção de energia elétrica.

O movimento das marés concentra grande energia decorrente do deslocamento de enorme volume d’água, que pode ser utilizado para movimentar turbinas e assim também produzir energia elétrica.

A biomassa também é considerada um recurso renovável, pois permite gerar energia de maneira contínua, tanto na queima de combustíveis gerados por algum produto cultivado, como o álcool proveniente da cana-de-açúcar, quanto na queima da própria biomassa para a produção de energia elétrica, como o bagaço da mesma cana-de-açúcar.



*A transformação de biomassa em energia é feita em usinas termelétricas:
O calor gerado por sua queima aquece um fluido e o vapor gerado move as turbinas.*

A água, como recurso para produção de energia elétrica tem sua principal utilização no que conhecemos como usinas hidrelétricas. Essas usinas, por meio da barragem do curso de um rio, produzem um desnível que é aproveitado para fazer com que a queda d'água movimente as turbinas, gerando eletricidade.

Apesar dessas formas de produção de energia serem consideradas renováveis, algumas delas produzem grandes impactos sócioambientais, como é o caso da hidrelétrica.

A Comissão Mundial de Represas estima que entre 40 e 80 milhões de pessoas tenham sido desalojadas pela construção de barragens e que muitas mais foram afetadas sem que isso fosse reconhecido. No Brasil, o número é de cerca de 2 milhões, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens. Além disso, o mito da fonte limpa de energia tem sido questionado por estudos recentes, que apontam algumas de suas desvantagens até então não consideradas: a emissão de gases poluentes, devido à decomposição da matéria orgânica submersa, e a poluição da água.

Atividades

- 1) Qual a diferença entre os recursos naturais renováveis e os não-renováveis?
- 2) A partir do trabalho feito no item anterior (levantamento dos recursos naturais presentes no local onde estão tendo aula), classificá-los, identificando os renováveis e os não-renováveis. Acrescentar ao painel caso ele ainda esteja exposto.
- 3) Ler e discutir (em dupla) o que o texto abaixo tem a ver com os recursos naturais. Qual a mensagem que o autor quer passar?

“Nossos ancestrais consideravam a terra rica e generosa, o que ela é. Muitas pessoas (...) consideravam a natureza inexaurível, o que hoje sabemos que só pode ser se cuidarmos dela. Não é difícil perdoar a destruição do passado que resultou da ignorância. Hoje, porém, temos acesso a mais informação e é essencial que reexaminemos eticamente o que herdamos, nossas responsabilidades e nosso legado para as gerações vindouras. As maravilhas da ciência e da tecnologia são equivalentes, se não superadas, a muitas tragédias atuais, inclusive a fome humana em muitas partes do mundo e a extinção de outras formas de vida. A exploração do espaço acontece ao mesmo tempo em que os oceanos e as nascentes da Terra ficam cada vez mais poluídos. Muitos *habitats*, plantas, animais, insetos e microorganismos que consideramos raros podem nem ser conhecidos pelas futuras gerações. Temos a capacidade e a responsabilidade. Devemos agir antes que seja tarde demais”.

Dalai-Lama do Tibete – líder espiritual da fé-budista. In PORRIT, Jonathon. *Salve a Terra*. São Paulo: Globo/Círculo do Livro, 1991.



4) Discutir com os colegas qual história está sendo contada por essa letra de música.

Sobradinho

Sá e Guarabira / Compositor desconhecido

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira a gente e põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão

Adeus remanso, casa nova, sento-sé
Adeus pilão arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão.

Um recurso natural especial: a água

A água é um recurso natural que merece uma especial atenção pelo fato de ser vital para todos os seres vivos e, contraditoriamente, ser muitas vezes utilizada de maneira irracional, promovendo um enorme desperdício.

Trata-se de um elemento renovável, porém a sua quantidade total no planeta não aumenta por meio dos processos de reposição natural, ao mesmo tempo que o seu consumo crescente e o descaso com que tratamos nossos reservatórios tem poluído grande quantidade desse bem, o que o torna um recurso renovável, porém finito.

A água, fundamental para a vida humana, é utilizada em abundância na nossa sociedade. No entanto, por exemplo, quando nos ensaboamos com o chuveiro ligado, um dos mais preciosos recursos naturais vai literalmente embora pelo ralo.

Conforme dados publicados na revista *Ciência Hoje*, três quartos do chamado 'planeta água' são cobertos por esse líquido. Desse total, apenas 2,75% corresponde a água doce, dos quais apenas 22% podem ser utilizados. Ou seja, dos alardeados três quartos de água que compõem o planeta Terra, o homem tem à sua disposição somente 0,6%. O que resta de água doce está congelada nas calotas polares, em neves eternas ou se encontra em lugares inacessíveis. Já os números relativos ao Brasil mostram um panorama à primeira vista bastante confortável: 15% dos tais 0,6% estão no país. Mas não pense que isso vá garantir seu banho de 20 minutos. Dos nossos 15%, quase três quartos se encontram na região Norte, onde a concentração populacional é muito menor.



Fonte: Microsoft Office Online

O problema da escassez desse recurso já é sentido por um grande número de pessoas em todo o mundo. Estima-se que cerca de 1 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável e que cerca de 1,5 bilhão está submetido a algum tipo de racionamento. Até mesmo no Brasil, apesar da abundância desse recurso, algumas cidades já vêm sofrendo com os racionamentos.

Situado entre o Uzbequistão e o Cazaquistão, o Mar de Aral era o quarto maior mar interior da Terra, com 66,1 mil quilômetros quadrados. Suas águas eram renovadas e alimentadas pelos rios Amu Daria e Sir Daria. O desvio da água desses dois rios para os projetos de irrigação das plantações de algodão, realizados pelo então governo da União Soviética, consumiram e secaram 90% da água que chegava ao Aral. O resultado foi desastroso: 27 mil km² secaram e o que era fundo do mar transformou-se em deserto. A concentração de sal dobrou, 60% do volume de água se perdeu e a indústria pesqueira, que empregava 60 mil pessoas, acabou. A maioria das espécies de peixes desapareceu e a fauna que vivia em suas margens foi reduzida significativamente.

Fonte: Ecologia e Desenvolvimento – ano 9 – n° 76
FAO Water website - Crops and drops – Overuse and Misuse.

Um dos motivos dessa situação preocupante é a falta de consciência de que, embora esse recurso seja renovável, ele não é inesgotável. O desperdício nas atividades industriais e agrícolas, o não tratamento dos esgotos e o seu despejo desordenado, a contaminação dos reservatórios subterrâneos, o consumo excessivo e a perda no fornecimento são apenas alguns dos fatores que fazem com que a ONU (Organização das Nações Unidas) aponte para uma situação crítica já por volta de 2025, baseada em uma estimativa de que dois terços da população mundial viverá em condições de escassez de água.

Atividades

- 1) O que significa afirmar que a água é um recurso natural renovável, porém finito?
- 2) A idéia de viver sem água lembra filmes de ficção científica que prevêem um futuro terrível: terra seca, fome, sede, conflitos para obter o recurso. No entanto, esse cenário já é uma realidade em diversas partes do mundo. Escrever uma pequena redação sobre como será o futuro se não usarmos racionalmente a água.
- 3) Em pequenos grupos, fazer uma pesquisa sobre qual a origem da água utilizada em suas casas e, também, um levantamento sobre situações de desperdício que podem identificar dentro de suas casas e na sua comunidade.
- 4) A partir desses dados e das informações do texto, elaborar, em conjunto com os demais grupos, uma campanha de esclarecimento e conscientização sobre o uso racional da água.

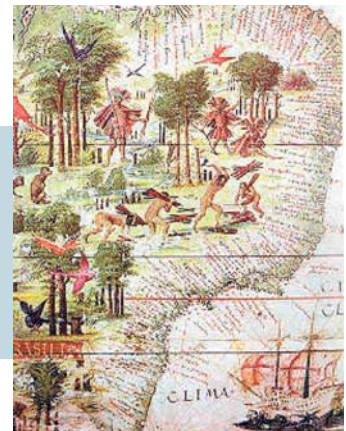
Os recursos naturais no Brasil

O primeiro documento oficial onde foram mencionados os recursos naturais dessas terras que vieram a se chamar Brasil foi a carta de Pero Vaz de Caminha, escrita em 1500, ao rei de Portugal. A partir de então, com a colonização portuguesa, teve início um intenso processo de apropriação dos seus recursos naturais (cabe lembrar que o Brasil foi uma colônia de exploração), começando pela região litorânea com a extração do pau-brasil e, logo após, com o cultivo da cana-de-açúcar.

Ao longo de quase cinco séculos de nossa História, assistimos a uma drástica devastação florestal, tendo como consequência a redução de algumas formações vegetais a pequenos fragmentos dispersos por várias regiões.

Em 500 anos de descobrimento, o Brasil perdeu 37% de três de seus principais ecossistemas. Desde a chegada de Pedro Álvares Cabral, foram destruídos 93% da Mata Atlântica, 50% do Cerrado e 15% da Amazônia, num total de 2,75 milhões de km², o equivalente a mais de dez vezes o tamanho do estado de São Paulo. O levantamento, feito pelo Fundo Mundial para a Natureza, mostra que as práticas de devastação no país continuam semelhantes às dos últimos séculos.

Jornal *O Estado de São Paulo*, 19 de abril de 2000. In: ALMEIDA, Lúcia Marina Alves; RIGOLIN, Tércio Barbosa. Geografia, série Novo Ensino Médio, São Paulo: Ática, 2003).





Apesar dessa apresentação alarmante, o território brasileiro ainda possui uma das maiores coberturas florestais do mundo e, conseqüentemente, configura-se como um país rico em biodiversidade. Nesse sentido, merece destaque a pequena, porém riquíssima, faixa de Mata Atlântica que sobreviveu ao desmatamento intenso, o complexo Pantanal Mato-grossense, bem como a famosa Amazônia brasileira e até mesmo áreas de cerrado e caatinga.

O Brasil também é um país rico em recursos minerais. Mesmo não sendo auto-suficiente em alguns importantes recursos como o petróleo e o carvão mineral (recursos minerais não-metálicos), é um dos principais produtores mundiais de ferro e manganês. Apesar de sofrer as conseqüências históricas da exploração desse tipo de recurso, como o ouro das Minas Gerais, possui atualmente, importantes reservas minerais em exploração.

No que se refere aos recursos hídricos, principal via pela qual se deu a colonização e exploração do nosso território, o Brasil é um país de destaque no mundo, tanto devido às águas superficiais, principalmente rios, quanto às subterrâneas.

Entre outros grandes rios, destaca-se, no Brasil, o rio Amazonas, considerado o maior e mais caudaloso do mundo.

Pesquisadores brasileiros determinam a região onde fica a nascente do Amazonas; rio passa a ter cerca de 7100km de extensão e fica mais longo que o Mississipi-Missouri (EUA) e Nilo (África). O rio, que já era o maior do mundo em volume de água, passa a ter cerca de 7100km de extensão, a maior do mundo.

Fonte: Jornal *Folha de S. Paulo*, 30 de abril de 1995. In: MOREIRA, Igor. *O espaço Geográfico*, São Paulo: Ática, 1999.

Quanto às águas subterrâneas, o Brasil possui, em seu território, a maior parte do importante reservatório conhecido como Aqüífero Guarani, o qual se estende ainda aos territórios argentino, paraguaio e uruguaio.



Localização do Aqüífero Guarani

O Aqüífero Guarani é a principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo, ocupando uma área total de 1,2 milhões de km² na Bacia do Paraná e parte da Bacia do Chaco-Paraná. Estende-se pelo Brasil (840.000 km²), Uruguai (58.500 km²), Paraguai (58.500 km²) e Argentina (255.000 km²), área equivalente aos territórios da Inglaterra, França e Espanha, juntas. Sua maior ocorrência se dá em território brasileiro (2/3 da área total) abrangendo os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fonte: http://www.ambiente.sp.gov.br/aquifero/principal_aquifero.htm

Outra característica natural que se destaca no território brasileiro é a grande extensão do seu litoral. O Brasil possui, aproximadamente, 5900 km de litoral banhado pelo Oceano Atlântico. Consideradas todas as irregularidades, saliências e reentrâncias, chega a atingir cerca de 9200 km. Essa enorme extensão, somada ao clima tropical, confere ao país um enorme potencial na exploração dessa área enquanto recurso.

No entanto, apesar dessas riquezas, ou talvez até mesmo devido à abundância de algumas delas, verifica-se um histórico descaso do Brasil em relação ao ambiente natural visando a um uso sustentável dos recursos naturais. Por conta da exuberância da natureza nessas terras, durante muito tempo, ela foi considerada como um recurso inesgotável e, portanto, o seu uso predatório não era visto como um problema.

No presente, contudo, é importante destacar o dever, tanto da sociedade civil quanto dos poderes públicos, de defender e preservar o patrimônio natural brasileiro, expresso na nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 255, da seguinte forma:

Art. 225 – Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Uma das maneiras de realização desse dever por parte do Poder Público é a delimitação de áreas identificadas como de relevante interesse ecológico, sobre as quais se impõem regras específicas de uso e ocupação que visam a sua preservação, conhecidas como Unidades de Conservação.

As Unidades de Conservação são partes do território nacional com características naturais de importante valor, sobre as quais se aplicam garantias adequadas de proteção para a conservação da natureza, dos processos ecológicos fundamentais e da biodiversidade. Essas UCs foram concebidas e criadas para proteger o patrimônio natural e cultural do país.

O conceito de área protegida, ou Unidade de Conservação, surgiu em 1872, nos Estados Unidos, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional num contexto de valorização da manutenção de áreas naturais, ainda como “ilhas” de grande beleza e valor estético. Esse conceito de áreas protegidas foi desenvolvido numa época de forte urbanização, para preservar grandes espaços considerados pela cultura urbana como “vazios”.

No Brasil, a primeira área protegida na forma de parque surgiu somente em 1937: o Parque Nacional de Itatiaia (Rio de Janeiro). O parque foi criado para que essa área mantivesse perpetuamente seu aspecto primitivo e atendesse a necessidades de ordem científica. Os primeiros parques nacionais brasileiros foram, dessa maneira, conceituados a partir da idéia da criação de monumentos públicos naturais ou de territórios que, por sua singularidade, tivessem valor científico e estético.

Fonte: *Atlas das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo*, SMA, 1998.

Foi um longo caminho, desde os anos 30, com as preocupações ambientais mais voltadas para o lado estético e histórico, até a década de 90, quando as atenções se voltam, inclusive no Brasil, para as relações das UCs com as sociedades nas quais estão inseridas. Busca-se, a partir de então, entender e praticar o conceito de desenvolvimento sustentável, que envolve o equilíbrio na utilização das espécies e ecossistemas de uma região, de modo a trazer benefícios econômicos à população sem extinção de espécies da fauna e flora nem degradação ambiental. Por meio da Convenção Internacional sobre a Diversidade Biológica, são reconhecidas a importância do conhecimento tradicional e a responsabilidade das comunidades locais na conservação das riquezas genéticas existentes no país.

Atividades

- 1) Quais os principais recursos naturais do Brasil?
- 2) Qual ecossistema sofreu a maior destruição ao longo dos 500 anos de História do Brasil?
 Amazônia
 Cerrado
 Caatinga
 Mata Atlântica
- 3) Qual a importância das Unidades de Conservação?
- 4) Fazer uma redação, procurando responder a pergunta: Por que devemos defender e preservar os ambientes naturais para as gerações futuras?
- 5) Em grupo, escolher um entre os recursos naturais – minerais, vegetais e hídricos – e elaborar um mapa do Brasil com a localização desses recursos. Em seguida, apresentar para os demais o resultado do seu trabalho.



RECURSOS NATURAIS E TURISMO



A natureza enquanto recurso natural turístico

É importante destacar que, entre o rol de necessidades humanas, podemos identificar como fundamentais na modernidade, as ligadas à recreação e à satisfação do sentido estético. Dessa forma, uma grande quantidade de recursos naturais são valorizados enquanto atrativos que cumprem a função de satisfazer essas necessidades, constituindo o que pode ser considerado como recursos naturais turísticos.

Com o passar dos anos, houve significativas mudanças no campo do turismo, basicamente devido aos avanços tecnológicos que proporcionaram meios de transporte mais rápidos e confortáveis e, também, às mudanças no mundo do trabalho, com um significativo aumento de tempo livre. Essas mudanças, somadas às dificuldades da vida urbana, promoveram uma demanda crescente de turistas por áreas naturais, em busca de maior contato com a natureza.

Destaca-se, nessa busca de contato com a natureza, a paisagem como recurso natural, pois o turismo atual, fortemente influenciado pelas imagens veiculadas pelos meios de comunicação, tende a privilegiar o meio ambiente natural na difusão das destinações e produtos turísticos. O ecoturismo, por exemplo, tem como atração predominante os elementos paisagísticos, enquanto um recurso natural turístico.

Cabe destacar que a existência e sobrevivência da atividade turística dependem, em grande medida, da preservação dos recursos naturais. Isso é evidente nos casos em que a principal atração turística é a natureza, mas também é verdadeiro em outros casos, pois os recursos naturais constituem-se na base que garante a qualidade da passagem de quem visita e da permanência de quem recebe.

Atividades

- 1) Quais as relações entre recursos naturais e turismo?
- 2) Em pequenos grupos, fazer um levantamento do potencial turístico dos recursos naturais da região onde vivem (recursos naturais turísticos) e elaborar formas de divulgação e promoção desses recursos de modo a despertar o interesse em visitá-los. Apresentar para os demais grupos.

A destruição ambiental no turismo

As diversas atividades econômicas que visam à satisfação de necessidades cada vez mais crescentes e variadas têm levado o ser humano a transformar irracionalmente o meio ambiente e, especialmente, os recursos naturais.

Determinadas ações dos seres humanos nos ambientes privilegiadamente naturais têm provocado a perda da qualidade dos recursos naturais em muitos ecossistemas. A alteração, degradação, deterioração ou contaminação do meio ambiente podem constituir impactos muitas vezes irreversíveis.

Entre as formas mais frequentes de impacto ambiental, podemos citar a contaminação das águas por resíduos domésticos (esgotos) ou industriais, poluição do ar pela queima de combustíveis fósseis, uso de agrotóxicos de forma inadequada, despejo de resíduos sólidos (lixo) em áreas não propícias, o desmatamento e captura de animais, etc. Os exemplos citados são resultado do mau uso dos recursos naturais, sobre o qual nenhuma atividade econômica pode manifestar-se carente de responsabilidade.



Fonte: Microsoft Office Online

O turismo, no entanto, não pode ser responsabilizado por toda a carga de impactos ambientais. Porém, em virtude da velocidade e da intensidade da atividade, sua repercussão não é desprezível e, por isso, é necessário um atencioso acompanhamento. Uma prática que vem sendo considerada um dos maiores agressores dos espaços naturais de interesse turístico é o chamado turismo de massa.

O turismo de massa é caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupo ou individualmente para os mesmos lugares e, geralmente, nas mesmas épocas do ano. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados ao alojamento, alimentação, transporte e entretenimento que, impreterivelmente, ocupam grandes espaços, agredindo as paisagens e destruindo os ecossistemas.

Fonte: Ruschmann. *Turismo sustentado para preservação do patrimônio ambiental*.

Nesse sentido, o turismo muitas vezes contribui para diminuir a qualidade dos atrativos naturais. Hotéis descarregam seus dejetos sem tratamento diretamente nos rios, lagos, praias, etc.; gigantescos estabelecimentos ocultam a paisagem; diversas construções agredem a natureza com suas formas, tamanho e cores.

Muitas vezes, o próprio turista é responsável pela degradação do meio ambiente. Suas atividades, fundadas em hábitos, costumes e até mesmo na falta de respeito ou educação, podem provocar, consciente ou inconscientemente, graves prejuízos aos atrativos naturais como: destruição ou coleta da vegetação; agressão à fauna silvestre; atos de vandalismo em grutas e cavernas, como inscrições e retirada de pinturas rupestres, artefatos arqueológicos, minerais, rochas e fósseis; promoção de incêndios florestais; abandono de todo tipo de lixo em locais indevidos, etc.

Atividades

- 1) Em pequenos grupos, fazer um levantamento dos principais problemas ambientais de sua região e discutir com os demais colegas quais seriam as possíveis soluções, identificando quem seriam os responsáveis por realizá-las e quem poderia colaborar com essas iniciativas.

O Turismo como ferramenta de conservação dos recursos naturais

O turismo pode ser compreendido e praticado como uma atividade destruidora dos recursos naturais, mas também devemos observar que essa mesma atividade pode ser compreendida e realizada como viabilizadora da preservação desses recursos.

O turismo não é, necessariamente, prejudicial ou benéfico ao meio ambiente, mas uma ou outra situação depende da existência, ou não, do que podemos considerar como um compromisso ético tanto dos profissionais do turismo quanto dos turistas e, ao mesmo tempo, do exercício de cidadania por parte da comunidade receptora. A esse respeito, vale destacar que o turismo pode e deve ser considerado como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais.

Considerando a forte relação entre turismo e meio ambiente natural, o uso sustentável desse meio ambiente é a única forma de garantir a continuidade da atividade turística dentro do princípio de desenvolvimento sustentável.

No sentido da formação de uma consciência ecológica, é de grande importância o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas à "educação ambiental", que tem como um de seus principais objetivos formar cidadãos conscientes de sua relação com a natureza, de modo a primarem pela sustentabilidade devido a suas escolhas e condutas e do uso racional dos recursos naturais.

Também os moradores das localidades receptoras devem compreender a importância de preservar o meio ambiente, pois assim estarão mais preparados para receber os turistas e cobrar deles o mesmo respeito que é dado pelos habitantes do local.

Atividades

- 1) O turismo pode colaborar com a conservação dos recursos naturais? Explique.

Módulo IV

SAÚDE E TURISMO



Autora: Vanessa Cerqueira Silva



SAÚDE E TURISMO

A estrutura do turismo está inter-relacionada com as atividades humanas. Dessa maneira, os aspectos natural, cultural e urbano de uma localidade influenciam diretamente na atividade. O controle da poluição sonora, do ar, das águas, de pragas e epidemias, enfim, a qualidade de vida é fator primordial para o sucesso do turismo.

Você visitaria um local onde estivesse ocorrendo uma epidemia? Ou estaria disposto a conhecer uma cidade que tivesse o nível de qualidade de vida baixíssimo? Certamente as respostas serão negativas. Afinal, quando nós idealizamos turismo, sempre o associamos a uma atividade prazerosa, positiva e saudável. Parece incompatível que ela esteja ligada a doenças, pragas e epidemias.

De um modo geral, a atividade turística está intimamente associada à existência de bens públicos como sistema de transportes, saneamento básico, equipamento médico-hospitalar, segurança, limpeza, comunicação e saúde. Trata-se da infra-estrutura de apoio turístico. Mesmo planejada e executada, primeiramente, em prol da comunidade local, os turistas que visitam essa comunidade também se beneficiam dela. Desta maneira, podemos concluir que o investimento de um setor está ligado diretamente ao outro.

As condições de saúde de uma região são tão relevantes para o desenvolvimento do turismo quanto a estrutura hoteleira, gastronômica, de agências, de eventos, enfim, aquelas que são conhecidas por infra-estrutura turística. Sendo assim, saúde e turismo possuem uma relação de interdependência. Localidades que não possuem um critério de saúde pública aceitável não conseguirão desenvolver o turismo de maneira sustentável.

Uma das maiores crises no turismo mundial aconteceu devido a um problema na área da saúde, em 2003, quando 26 países em quatro continentes foram atingidos pela pneumonia asiática (SRAS). Com o medo de contaminação, na China (foco principal da infecção), um total de 40% das reservas em hotéis foram canceladas, houve fechamento de teatros e cinemas além de outras medidas drásticas.

Em 2002, o Brasil foi vítima de uma epidemia de dengue. O Rio de Janeiro (segunda colocada entre as cidades mais visitadas no Brasil, de acordo com dados da EMBRATUR de 2002) foi o palco principal desse surto. Este caso foi difundido por todo o mundo, ocasionando uma queda considerável no turismo do estado, principalmente no turismo internacional.

Outro fato ocorreu no início de 2005, quando o estado de Santa Catarina também teve que enfrentar um problema dessa ordem. Em torno de 50 mil pessoas, entre elas inúmeros turistas, foram contaminados com a doença de Chagas. O contágio ocorreu por meio do caldo de cana, vendido às margens da BR 101, no litoral do estado, entre as cidades de Piçarras e Itajaí. Esse fato trouxe uma imagem negativa para uma das bebidas tradicionais da região, afetando também a demanda turística do local em plena alta temporada.

Como forma de prevenção às epidemias, os órgãos públicos têm executado campanhas de vacinação em regiões consideradas de risco. Um exemplo dessas campanhas acontece com turistas que pretendem visitar as regiões do Norte e Centro-Oeste do Brasil. Neste caso, eles são orientados pelas agências de viagens a tomar vacina contra a febre amarela, pois nessas regiões há municípios onde existe perigo de contaminação.

Dessa maneira, fica claro que a imagem do local influi diretamente em sua economia e o turismo, sendo parte integrante desta, é afetado diretamente por estes episódios. O turismo como atividade social deve não somente usufruir da infra-estrutura local, mas também ser provedor de qualidade de vida em uma região.



A IMPORTÂNCIA DA HIGIENE

Segundo as previsões do Plano Nacional do Ministério do Turismo, até 2007 deverão ser criados 1.200.000 novos empregos no turismo brasileiro e deverá chegar a 9 milhões o número de visitantes estrangeiros no Brasil, gerando um total de 8 bilhões de dólares em divisas. Números assim tão positivos podem ser prejudicados por causa de hábitos simples como a higiene dos estabelecimentos.

A saúde de uma localidade depende, também, da higiene de sua população. Casos de contaminação de turistas causada por maus hábitos de higiene são constatados, freqüentemente, nas regiões turísticas.

Pequenos cuidados com a limpeza pessoal e o rigor na fiscalização dos estabelecimentos, principalmente nos relacionados à alimentação, são atitudes simples que evitam casos de epidemia como o que ocorreu em Santa Catarina com a ingestão de caldo de cana contaminado.

Atividades

- 1) Em sua opinião, quais foram os principais impactos na economia turística da China com a gripe asiática?
- 2) Procure notícias em jornais e revistas a respeito de epidemias, poluição ou descaso com a qualidade de vida local e observe se há algum impacto sobre a demanda turística da região.
- 3) Pesquise em sua cidade ou região as condições de saúde. Verifique se são adequadas para o atendimento ao turista. Em caso negativo proponha, com a ajuda do professor, sugestões para melhorá-las.



O turismo de saúde é um dos gêneros mais antigos do turismo. Na História da Humanidade, há inúmeros relatos de pessoas que viajavam longas distâncias na busca por tratamento médico. Na procura pela cura de suas enfermidades ou de diversos tratamentos, os homens, desde o passado, se dispõem a viajar longas distâncias em busca de lugares considerados benéficos à saúde. Mas, afinal, o que é turismo de saúde?

Turismo de saúde é toda a atividade praticada na procura da conservação ou obtenção de bem-estar físico e mental. Essa modalidade se caracteriza pelo deslocamento e utilização de serviços turísticos associados à cura. Outra particularidade relevante é que se trata de um turismo que não sofre com a sazonalidade, podendo ser praticado o ano todo.

O turismo de saúde surgiu com as estâncias hidrominerais. Na Grécia antiga, as estâncias faziam com que multidões se deslocassem e eram conhecidas por seus benefícios terapêuticos. Posteriormente, com o Império Romano, as estâncias hidrominerais tornaram-se apreciadas em toda a Europa.

Já no Brasil, a primeira estância hidromineral foi descoberta em 1813 no estado de Santa Catarina, no município de Santo Amaro da Imperatriz, a 36 km de Florianópolis. Em 1845, o Imperador D. Pedro II e a Imperatriz Thereza Cristina viajaram do Rio de Janeiro a Santa Catarina para experimentar as vantagens terapêuticas das águas termais. Outro fato histórico ocorreu em 1868, quando a Princesa Isabel viajou até a cidade de Caxambu, a 390 km de Belo Horizonte, em Minas Gerais, em busca de tratamento nas águas.

Atualmente, com o aumento da longevidade da população brasileira e com a tendência de uma medicina preventiva, o turismo de saúde caracteriza-se como um mercado em expansão.

Contestando esta realidade, mesmo com seu imenso potencial, a área de turismo de saúde não possui muitos estudos e pesquisas que destaquem sua verdadeira importância e vantagens dentro do setor turístico.

Dentro do turismo de saúde, podem ser identificadas áreas, como:

- Estâncias hidrominerais;
- SPAs;
- Estâncias climáticas;
- Hotelaria hospitalar.

Estâncias hidrominerais

O Brasil é detentor de uma grande parte dos recursos hidrotermais e climáticos do mundo.

Antigamente, o perfil dessas estâncias ou termas (como são mais conhecidas) envolvia a demanda de um público de meia-idade ou idade avançada. Atualmente, as famílias também passaram a freqüentar as estâncias e, com a tendência dos tratamentos preventivos, o público jovem é cada vez mais freqüente nesses espaços.

Para que a clientela fique cativa, são montados roteiros diários de recreação e lazer, sempre variados, para não se tornarem cansativos.

Na atualidade, as estâncias hidrominerais passam por um período de inércia. A falta de incentivos governamentais e privados dificulta o crescimento do setor, embora seja uma das categorias de turismo mais viáveis, já que a cada aplicação no setor (turismo de saúde) tem-se, em média, um retorno estimado de 85% ao ano.

Alguns exemplos de estâncias hidrominerais:

- Caldas Novas (Goiás);
- Campestre (Alagoas);
- Santo Amaro da Imperatriz (Santa Catarina);
- Caxambu (Minas Gerais);
- Santa Bárbara do Rio Pardo (São Paulo);
- Águas de São Pedro (São Paulo).



Caxambu (MG), estância hidromineral

SPAs

Na década de setenta, havia apenas três *spas* no Brasil. Nos anos oitenta, quase quinze e, hoje, existem aproximadamente 150 *spas* e clínicas.

Você sabe o que significa a palavra *spa*?

A expressão *spa* se origina na Roma antiga e significa: *saúde pelas águas*. O nome era dado aos locais aonde pessoas iam à procura de águas consideradas medicinais. Originalmente, os *spas* eram vinculados a regiões onde a água era o atrativo principal. Há relatos de que o primeiro *spa* surgiu na Bélgica, no século XVII.

Hoje em dia, esses estabelecimentos têm como característica principal oferecer toda a infra-estrutura, como serviços sofisticados e tratamentos relacionados à perda de peso, alívio do estresse, rejuvenescimento, desintoxicação e melhora da aparência estética.

Esses hotéis de luxo foram criados para atender uma demanda de turistas que, além do relaxamento e do lazer, procuram tratamentos medicinais. Desta maneira, oferecem uma dieta balanceada, programas de esportes e recreação, tratamentos corporais, massagens, salas de banho, salão de beleza, palestras relacionadas à saúde, venda de produtos naturais, etc.

Para atender de forma mais satisfatória a um público cada vez mais exigente, os *spas* estão se subdividindo e, com o objetivo de classificar os estabelecimentos, proporcionando palestras, debates, promovendo e criando um padrão de qualidade para o setor.

Os *spas*, segundo a Associação Brasileira de *Spas* (ABC-SPAS), criada em agosto de 2003, podem ser classificados em:

- **Spas de destino:** estabelecimentos que oferecem tratamentos exclusivos de clínicas médicas e possuem serviço de hospedagem própria.
- **Spas Resort:** estabelecimentos localizados em espaços paisagísticos privilegiados com estrutura hoteleira tradicional e programa completo de *spa*.
- **Spas de cruzeiro:** estabelecimentos localizados em navios ou barcos de cruzeiro. Possuem programação completa e, em alguns casos, oferecem tratamentos em parceria com *spas resort* ou hotéis que estejam na rota do cruzeiro.
- **Spas day:** estabelecimentos que oferecem serviços de curta duração, não necessitando hospedagem. Costumam ser encontrados próximo a grandes centros urbanos.

A Associação também subdivide essas categorias de acordo com os serviços prestados:

- **Clínica naturista:** promove a saúde por meio de processos e atividades naturais valorizando, também, a área espiritual.
- **Spa médico:** estrutura hoteleira com objetivos e filosofia clínica.
- **Spa holístico:** estrutura hoteleira com objetivo de meditação e atitudes afins como a filosofia nas artes holísticas e tratamentos alternativos.
- **Spa ilha:** possui estrutura hoteleira, localizando-se em uma ilha, tendo finalidade anti-estresse e de descanso.
- **Spa esporte e aventura:** hotel com objetivo anti-estresse e de descanso, possuindo filosofia de saúde pela água. Tem como particularidade a alimentação livre.
- **Spa nutrição e fitness:** estrutura de hotel cujos objetivos principais são a desintoxicação e reeducação alimentar.
- **Spa estético:** possui estrutura hoteleira ou clínica de estética, estando localizado em centros urbanos. Tem como filosofia a beleza do corpo, podendo até realizar pequenas cirurgias.
- **Spa boutique:** hotel com objetivo de exibir e comercializar obras de arte e produtos de decoração, que muitas vezes fazem parte da própria decoração do *spa*.
- **Spa termal:** estrutura hoteleira com finalidade de saúde por meio de banhos em águas minerais do local.
- **Spa bem-estar:** estabelecimentos onde se focalizam os tratamentos preventivos com intuito do bem-estar, o anti-estresse e descanso, por meio de programas terapêuticos e estéticos, tendo a opção de uma alimentação balanceada ou não.
- **Spa ortomolecular:** clínica em centro urbano, com filosofia no tratamento específico na área ortomolecular.



Banho de pétalas de rosa no hotel Ponto de Luz, em Joanópolis (SP)

Como podemos observar, as características dessas subcategorias muitas vezes se confundem e se completam.

O mercado brasileiro de *spas* encontra-se em grande expansão. Em 2003, esse setor lucrou R\$ 250 milhões. Segundo dados da consultoria Salon & Spa Club, o Brasil possui 877 *spas* do total de 1837 estabelecimentos na América Latina. Calcula-se que 65% dos *spas* brasileiros estejam nas regiões Sul e Sudeste.

Estâncias climáticas

As estâncias climáticas são, muitas vezes, confundidas com as estâncias hidrominerais. Porém, enquanto o principal atrativo das estâncias hidrominerais são as águas terapêuticas, a estância climática tem como atrativo principal o clima do local.

No passado, as estâncias climáticas já eram famosas por seus benefícios à saúde, principalmente no tratamento de problemas respiratórios e pulmonares. Ainda no tempo da monarquia brasileira, cidades como Petrópolis (RJ) foram refúgio de nobres como Dom Pedro II, que conservava uma casa na cidade para escapar dos dias quentes do verão do Rio de Janeiro.

Outro exemplo de estância climática é a cidade de Campos do Jordão (SP), que, na época das epidemias de doenças pulmonares, foi freqüentada por inúmeras pessoas que a transformaram praticamente em uma cidade sanatório.

As cidades de Cunha, Botucatu e Morungaba, todas no estado de São Paulo, e a cidade de Barbacena, em Minas Gerais, são outros exemplos de estâncias climáticas.

Caracterizadas por relevo montanhoso e clima ameno, as estâncias climáticas atualmente são consideradas, em sua maioria, um turismo de luxo.

Hotelaria hospitalar

Na atualidade, as instituições de saúde vêm sofrendo profundas modificações. O aumento da expectativa de vida, o avanço da tecnologia e, principalmente, a busca dos convênios por hospitais cada vez mais diferenciados que possam oferecer um tratamento especial aos seus clientes, transformou o bem-estar emocional e clínico, o conforto e a segurança dos pacientes e acompanhantes em fatores primordiais de um hospital. A concepção de hotelaria hospitalar, neste contexto, tornou-se a principal responsável pelas mudanças nos serviços hospitalares.

A hotelaria hospitalar surgiu no Brasil na década de oitenta; no entanto, somente nos últimos anos, com a valorização da humanização do ambiente hospitalar, esse setor vem ganhando força e conquistando espaço.

Trata-se de um novo conceito na administração das instituições hospitalares, reunindo vários serviços da hotelaria clássica que, adaptados e implantados nos hospitais, transformam o ambiente, proporcionando uma melhoria nas condições da assistência prestada, qualificando e diferenciando o atendimento.

A seguir, alguns exemplos de serviços da hotelaria que, adaptados, podem ser implantados nas instituições hospitalares:

- Recepção;
- *Concièrge* (balcão de informação);
- Alimentos e bebidas;
- Lavanderia;
- Reservas;
- Departamento de eventos (seminários, congressos, cursos e reuniões);
- Salas de lazer (leitura, brinquedoteca, jogos, música, biblioteca);
- Mensageiros e capitão-porteiro;
- Governança (governanta e camareira);
- Serviço de quarto;
- Restaurantes;

Esta nova administração tem como objetivo central aprimorar a hospitalidade, humanizando as relações entre pessoas e hospitais.

As vantagens e colaborações da hotelaria hospitalar são inúmeras nos vários setores:

Alimentos e bebidas

Nutricionistas e até chefes de cozinha dedicam-se ao desafio de melhorar a imagem da famosa “comidinha de hospital”. Soluções criativas e fáceis como a do Instituto do Coração, na grande São Paulo, que oferece duas opções de pratos por dia, na sua maioria convenientemente decorados em forma de coração, como o trivial queijo com goiabada. Idéias que podem ser experimentadas e adaptadas em outros hospitais. São simples detalhes como este que transformam a habitual alimentação sem encanto dos hospitais em refeições apetitosas e, ao mesmo tempo, saudáveis e sempre adaptadas à dieta de cada paciente.

Estes cuidados propiciam uma queda nos desperdícios com a alimentação, amenizando a problemática da desnutrição no período de internação e evitando o consumo de alimentos que não pertençam à dieta do paciente mas que, muitas vezes, são trazidos pelos próprios familiares.

Deve-se ressaltar, também, a importância da alimentação para os pacientes; ela, muitas vezes, ganha proporções maiores que exclusivamente a de nutrição do indivíduo, podendo ser a única atividade prazerosa durante a convalescença, período em que a pessoa se vê privada de muitas de suas atividades cotidianas.

Infra-estrutura

Neste novo modelo de administração, adapta-se a estrutura do hospital para que ele pareça um hotel, com recepção, jardins, cafés e onde também as cores e iluminação possam influenciar o cliente de saúde (paciente, familiares e amigos). A jardinagem e o paisagismo têm o poder de mudar a visão do ambiente hospitalar – geralmente, frio e impessoal – oferecendo uma sensação de bem-estar e conforto.

A maioria dos investimentos em infra-estrutura demanda grandes quantias monetárias, o que, para as instituições de saúde pública, muitas vezes é inviável. Contudo, atitudes simples e criativas como as adotadas pelo Instituto do Coração (InCor) de São Paulo auxiliam na humanização, sem que sejam investidos grandes valores. No InCor, foram implantadas placas (como lousas) na entrada dos quartos da UTI que identificam o paciente, proporcionando uma relação mais próxima entre o corpo clínico e o cliente. Outra idéia interessante foi a instalação de relógios de parede por todo o setor do hospital. Esses relógios possibilitam uma melhor adequação de todos os que transitam pelo hospital, já que no setor não há janelas. Murais de fotos também foram inseridos para tornar o espaço mais descontraído e aconchegante.

Serviços

Os serviços de hotelaria desenvolvem papel fundamental e estão inseridos em toda a estrutura, sendo o grande diferencial da hotelaria hospitalar. Funções tradicionais da hotelaria como o trabalho de camareira, garçom, recepcionista, manobrista, mensageiro, são princípios da humanização do ambiente hospitalar. Bancas de revistas e jornais, lanchonetes internas, floriculturas, loja de utilidades pessoais (material de higiene pessoal, *souvenirs*, etc.) são alguns exemplos de facilidades para o paciente e para os visitantes.

Lazer

As atividades lúdicas e culturais proporcionadas aos clientes de saúde durante sua estada no hospital são itens que oferecem mais conforto, enriquecimento cultural e, principalmente, um contato com o cotidiano externo.

Mini cursos, palestras, peças de teatro, apresentações musicais, exposições, jogos, salas de leitura, prática de *origami* (técnica japonesa de dobradura), entre outras atividades, são alguns exemplos do que pode ser realizado dentro das instituições.

A hotelaria hospitalar, por meio de parcerias com profissionais de recreação e projetos similares aos *Doutores da Alegria* e *Projeto Carmim* (organizações civis dedicadas a levar alegria às pessoas hospitalizadas, seus familiares e profissionais da saúde; o primeiro pela arte dos palhaços; e o segundo, por meio das artes plásticas), possui a capacidade de atenuar o sofrimento de uma convalescença, especialmente no caso de crianças.

Oportunidades no Brasil

A presença de um profissional que não atue diretamente na área da saúde oferece aos serviços hospitalares uma inovação relativa ao atendimento e, principalmente, à consciência do papel da instituição de saúde. O profissional de turismo e hotelaria torna-se peça fundamental da equipe multidisciplinar dos hospitais, podendo incrementar tanto o lado social quanto o da prestação de serviços. Sendo assim, a hotelaria hospitalar surge como uma tendência nas instituições hospitalares brasileiras, abrindo uma nova oportunidade no mercado de turismo.

Outro tipo de estabelecimento que está crescendo junto à área hospitalar são os hotéis localizados próximo a hospitais e clínicas, que dão suporte a pacientes, familiares e médicos. Um exemplo é o *Comfort Hotel Ilha do Leite*, em Recife (Pernambuco). Obviamente, esses serviços não existem em função dessas pessoas que viajam para tratamento de saúde, porém, têm suas receitas aumentadas consideravelmente em virtude delas.

A hotelaria hospitalar ainda está concentrada em grandes centros médicos como Rio de Janeiro e São Paulo, constituindo um campo com possibilidades respeitáveis de desenvolvimento no Brasil, dependendo apenas da ousadia e criatividade dos administradores hospitalares. A seguir, alguns exemplos de hospitais que já possuem este diferencial:

- Hospital Albert Einstein (SP);
- Hospital do Coração (SP);
- Hospital Copa D'or (RJ);
- Hospital Sírio Libanês (SP);
- Hospital Pequeno Príncipe (PR);
- Hospital Oswaldo Cruz (SP).

Atividades

- 1) Qual a diferença entre estância climática e estância hidromineral?
- 2) Divida a sala em 4 (quatro) grupos. Sorteie os tipos de turismo:
 1. Estâncias hidrominerais;
 2. Spas;
 3. Estâncias climáticas;
 4. Hotelaria hospitalar.

Os grupos devem pesquisar o tema e apresentá-lo ao restante da sala.

Obs: Abuse da criatividade nas apresentações, trabalhe com teatro, dinâmicas, pintura, painéis, poesia, etc.

- 3) Pesquise em sua cidade, os atrativos relacionados à saúde que ela pode oferecer.
- 4) Verifique quais os atrativos relacionados que já estão sendo explorados e quais ainda não estão.
- 5) Preencha com verdadeiro (V) ou falso (F):
- () As epidemias interferem no desenvolvimento do turismo.
 - () *Spas-day* são aqueles que proporcionam tratamento de curto prazo, não necessitando hospedagem. Encontram-se em regiões distantes e interioranas.
 - () Estâncias climáticas são caracterizadas por sua umidade, climas amenos e relevo montanhoso.
 - () *Conciêrge* significa balcão de informação e trata-se de uma função estritamente hoteleira.
 - () Sistema de transportes, saneamento básico, equipamento médico-hospitalar, segurança, limpeza, comunicação e saúde fazem parte da infra-estrutura de apoio turístico.
- 6) Relacione adequadamente a primeira coluna com a segunda:
- | | |
|--|---|
| (1) Pacientes, familiares e amigos | () Inter-relacionada |
| (2) Relação entre saúde e turismo | () Primeira estância hidromineral |
| (3) Surgimento da hotelaria hospitalar no Brasil | () Cliente de saúde |
| (4) Santo Amaro da Imperatriz | () Década de oitenta |
| (5) China | () 40% das reservas em hotéis canceladas, fechamento de teatros e cinemas. |

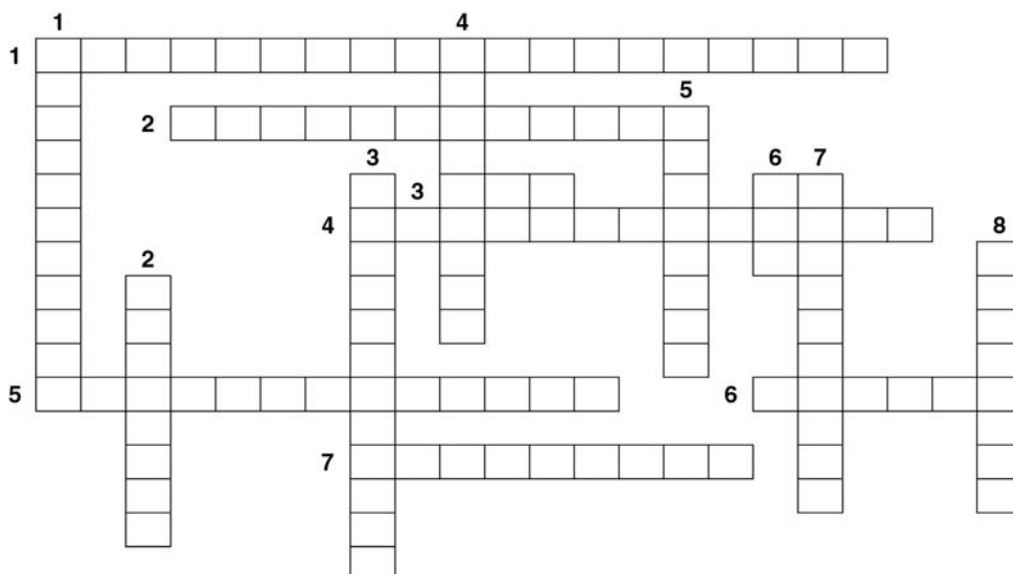
7) Cruzadinhas

Horizontais:

1. Modalidade que proporciona a humanização nos hospitais.
2. Influi de maneira negativa no turismo, pois ocasiona uma queda na demanda.
3. No Brasil, são mais de 150 estabelecimentos.
4. Saúde e turismo possuem uma relação de...?
5. Clínica em centro urbano.
6. Epidemia que, em 2002, propagou-se pelo Brasil.
7. Caracterizada por relevo montanhoso e clima ameno.

Verticais:

1. Hotelaria hospitalar.
2. Hotel com objetivo de exibir e comercializar obras de arte e produtos de decoração, que muitas vezes fazem parte da própria decoração do *spa*.
3. Balcão de informação.
4. Estrutura hoteleira com objetivo de meditação, filosofia nas artes holísticas e tratamentos alternativos.
5. Submodalidade de *spa*, que possui estrutura hoteleira ou clínica de estética, estando localizada em centros urbanos. Tem como filosofia a beleza do corpo, podendo até realizar pequenas cirurgias.
6. Oferecem serviços de curta duração, não necessitando hospedagem, encontrados próximos a grandes centros urbanos.
7. Serviço da hotelaria que pode ser implantado e adaptado à atividade hospitalar.
8. Prejudica diretamente o turismo.



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Lúcia Marina Alves; RIGOLIN, Tércio Barbosa. *Geografia*, série novo ensino médio, São Paulo: Ática, 2003.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- ANDRADE, N. *Hotel: planejamento e projeto*. São Paulo: Senac, 1999.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org). *Turismo: como aprender, como ensinar*. v. 2. São Paulo: Ed. Senac, 2001.
- ARAUJO, Cíntia Möller. *Ética e qualidade no turismo do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.
- BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.
- _____ & TAMANINI, Elizabete (Orgs.). *Redescobrimo a ecologia no turismo*. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo*. São Paulo: Aleph, 2002.
- BRASIL, Ministério de Turismo. *Plano Nacional de Turismo – diretrizes, metas e programas 2003-2007*. Abril, 2003 in <www.turismo.gov.br>.
- CASTELLI, G. *Administração hoteleira*. Caxias do Sul/RS: EducS, 2001.
- CRISÓSTOMO, F. R. *Turismo e hotelaria*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2004.
- GIANSANTI, Roberto; OLIVA, Jaime. *Espaço e modernidade: temas da geografia do Brasil*, São Paulo: Atual, 1999.
- GODOI, A. F. *Hotelaria Hospitalar – e humanização no atendimento em hospitais*. São Paulo: Ícone, 2004.
- KRAJEWSKI, Ângela Corrêa; GUIMARÃES, Raul Borges; RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia: pesquisa e ação*, São Paulo: Moderna, 2003.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo*. Para uma compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo Cesar. *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- MAGALHÃES, Claudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Ed. Roca, 2002.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RUSCHMANN, Doris. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.
- _____. *A proteção ambiental como instrumento de estratégia empresarial – O caso da Ilha João da Cunha/SC*, in: LAGE, Beatriz Helena Gelas, (Org.). MILONE, Paulo César, *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: meio ambiente e economia*. São Paulo: Aleph, 2000.
- TARABOULSI, F. A. *Administração de hotelaria hospitalar*. São Paulo: Atlas, 2003.

SITES

- www.unicef.org/brazil
- www.volenciasexual.org.br
- www.ciranda.org.br
- www.mj.gov.br
- www.redeamigadacrianca.org.br
- www.mds.gov.br
- www.dhnet.org.br/direitos
- www.ibcdtur.org.br
- [internas](http://cidadania.terra.com.br/)
- www.abav.com.br
- www.agricultura.gov.br
- www.andi.org.br
- www.anvisa.gov.br
- www.bahiatursa.ba.gov.br
- www.bits-in.org
- www.boletin-turistico.com
- www.cbts.org.br
- www.cetesb.sp.gov.br
- www.cidadeshistoricas.art.br
- www.defesa.gov.br
- www.embratur.gov.br
- www.mdic.gov.br
- www.mec.gov.br
- www.mma.gov.br
- www.saude.gov.br
- www.sebrae.com.br
- www.sescsp.org.br
- www.tem.gov.br
- www.turismo.gov.br
- www.unesco.org
- www.abcspas.com.br
- www.doutoramoroso.com.br
- www.doutoresdaalegria.com.br
- www.embratur.gov.br
- www.etur.com.br
- www.hotelariahospitalar.com.br
- www.projetocarmim.org.br
- www.revistabrasil.com.br
- www.turismologia.com.br
- www.turismodesaude.com.br

Filme: Patch Adams. "O amor é contagioso".

Apoio Institucional:



**Prefeituras Municipais
e Governos Estaduais**

Realização:



**Ministério
do Turismo**

